

*Região Administrativa
de Registro*



O ESTADO DOS MUNICÍPIOS 1997-2000
Índice Paulista de Responsabilidade Social



**Mesa Diretora da Assembléia
Legislativa do Estado de São Paulo**

Presidente

Deputado Sidney Beraldo

1º Secretário

Deputado Emidio de Souza

2º Secretário

Deputado José Caldini Crespo

1º Vice-Presidente

Deputado Roque Barbieri

2º Vice-Presidente

Deputado Ary Fossen

3º Secretário

Deputado Marquinho Tortorello

4º Secretário

Deputada Maria Lúcia Prandi

UMA FERRAMENTA PARA PLANEJAR O DESENVOLVIMENTO DO NOSSO ESTADO

Conhecer melhor para decidir corretamente. É com esse propósito que a Assembléia Legislativa contratou a Fundação Seade para elaborar o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, uma radiografia da qualidade de vida em todos os 645 municípios do Estado de São Paulo.

A decisão de elaborar este levantamento remonta aos debates do *Fórum São Paulo Século XXI*, iniciativa do então presidente da Assembléia Legislativa, deputado Vanderlei Macris, e consumada com a aprovação da Lei nº 10.765, de 19 de fevereiro de 2001, que criou o IPRS, capacitando o Poder Legislativo para avaliar de forma consistente as performances das políticas públicas governamentais implementadas.

Nessa perspectiva, a elaboração, a disponibilização dos resultados, a disseminação e o incentivo ao uso do IPRS, por parte dos mais diferentes atores públicos e privados do Estado de São Paulo, através de iniciativas conduzidas pela Assembléia Legislativa, resultam numa ferramenta de enorme valia para que sejam mais bem identificados e qualificados os desafios colocados aos governos e à sociedade com vistas à promoção do desenvolvimento com face humana, em que os frutos do crescimento econômico e da expansão das atividades produtivas, ao lado da decorrente ampliação das fontes de financiamento dos gastos públicos, estejam a serviço da melhoria permanente das condições de vida da população, notadamente daqueles grupos mais vulneráveis e menos incluídos social e economicamente.

Ao divulgar a versão do IPRS atualizada com os dados censitários de 2000, a Assembléia Legislativa deixa evidente qual desenvolvimento estará sendo tratado e promovido, subordinando-o à melhoria estrutural e permanente das condições de vida da população e, assim, sendo capaz de produzir, como conseqüência, a continuada evolução positiva daqueles indicadores que possibilitam aferir, com acuidade e precisão, os avanços da qualidade de vida que se deseja ver materializados e que o IPRS estará comprovando.

É particularmente relevante chamar atenção para o fato de que a metodologia adotada para a construção e cálculo do IPRS, ao lado de permitir análises e comparações análogas àquelas proporcionadas pelo IDH, possibilita ir além disso, porque trabalha com um conjunto mais amplo de variáveis associadas às condições de vida das pessoas, que melhor explicam e caracterizam a situação do desenvolvimento humano nos municípios e regiões do Estado. O índice permite a elaboração de diagnósticos e o desenho de diretrizes e ações, tanto no âmbito das políticas públicas, quanto daquelas iniciativas que deveriam ser adotadas pelo setor privado, a partir de estímulos e mecanismos de indução ou apoio; além, é claro, do que possa ser promovido pelas mais diferentes organizações da sociedade civil, em seu compromisso com a melhoria das condições de vida.

Com efeito, o IPRS também serve de emulador às boas práticas administrativas e de governança, pois dota os municípios do Estado de indicadores objetivos que demonstram quais esforços devem ser empreendidos para melhorar a qualidade de vida da população em geral.

Diante dos cenários socioeconômicos que podem ser construídos a partir do IPRS, a população e as lideranças locais e regionais, em cada parte do território paulista, poderão debater e estabelecer iniciativas e metas a serem desencadeadas e perseguidas, com vistas à construção dos caminhos em direção ao desenvolvimento econômico sustentado, que possam resultar, ao mesmo tempo, em melhorias concretas das condições de vida, expressas pela obtenção de medidas do IPRS que reflitam objetivamente tais avanços.

Deputado Sidney Beraldo,
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Deputado Emidio de Souza
1º Secretário

Deputado José Caldini Crespo
2º Secretário



Governador do Estado

Geraldo Alckmin

Vice-Governador

Cláudio Lembo

Secretário de Economia e Planejamento

Andrea Sandro Calabi

SEADE

Fundação Sistema Estadual
de Análise de Dados

Diretora Executiva

Felícia Reicher Madeira – interina

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro

Marcos Martins Paulino

Diretora Adjunta de Análise Socioeconômica

Ana Celeste de Alvarenga Cruz – respondendo pelo expediente

Diretora Adjunta de Produção de Dados

Maria Cecília Comegno – respondendo pelo expediente

Chefia de Gabinete

José Max Reis Alves

Conselho de Curadores

Andrea Sandro Calabi (Presidente)
Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi
Carlos Antonio Luque
Hélio Nogueira da Cruz
Luiz Antonio Vane
Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira
Maria Fátima Pacheco Jordão
Neide Saraceni Hahn
Ruben Cesar Keinert

Conselho Fiscal

Eunice Barboza Machado
Fábio Alonso
Ironice da Rocha Silva

SÃO PAULO SOB UMA NOVA VISÃO

Um raro e ambicioso empreendimento. Talvez seja essa a melhor qualificação de *O Estado dos Municípios*, que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio de contrato com a Fundação Seade, oferece à sociedade e àqueles que definem políticas e ações sociais.

Trata-se de extensa análise da situação socioeconômica de cada um dos 645 municípios paulistas, realizada por meio das informações do IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social. Espera-se com isso contribuir tanto para o aprimoramento da formulação de políticas públicas e da definição de metas e prioridades, quanto para o acompanhamento da evolução de seus resultados, decisivo para construção de consensos e para avaliação da ação do poder público e dos agentes sociais.

Desdobramento do IPRS, proposto nos debates do *Fórum São Paulo Século XXI*, o IPRS-2000, além de um relatório técnico que descreve a elaboração do índice, gerou a presente publicação, para tornar mais fácil o emprego de suas informações. Abre-se, assim, uma grande vertente para a produção de análises municipais e regionais, permitindo comparações entre a situação e o desempenho dos diferentes municípios paulistas, por meio dos indicadores das três dimensões do IPRS: riqueza, longevidade e escolaridade. Além disso, o acesso às variáveis que compõem aqueles indicadores permite estabelecer relações entre si, criando outras possibilidades para a compreensão de diferentes fenômenos econômicos e sociais e suas inter-relações.

São inúmeros os exemplos das potencialidades de uso dessas informações: desde o desvendamento de padrões específicos do desempenho econômico e social dos municípios, até a identificação de situações surpreendentes, como o fato de Pedrinhas Paulista, um município de pequeno porte, ser o único classificado no Grupo 1 do IPRS, na Região Administrativa de Marília, ou, ainda na mesma região, a classificação de Oscar Bressane, que ocupa o 1º lugar no Estado, na dimensão escolaridade.

O confronto entre as variáveis de riqueza de Jaguariúna e Paulínia, por exemplo, permite inferir que, no primeiro município, houve importante expansão das atividades industriais, provocando impacto positivo nos níveis salariais ali vigentes. Já no segundo, onde o crescimento das atividades industriais foi ainda mais intenso, ocorreu redução dos salários médios reais. Pode-se admitir que, no primeiro caso, tratou-se de uma expansão baseada na introdução de novas unidades produtivas na economia local, que chegaram a afetar a própria estrutura ocupacional do município. Em Paulínia, parece ter ocorrido, prioritariamente, a ampliação do valor da produção de unidades preexistentes, de modo que os salários acompanharam o movimento geral desta variável no conjunto do Estado.

Outro caso paradigmático: embora em 1º lugar no *ranking* de riqueza do Estado, Barueri encontra-se mal posicionado na dimensão longevidade, razão de sua classificação no Grupo 2. Para avançar ao Grupo 1, seria necessário um conjunto de iniciativas para reduzir a mortalidade no município. Muitos esforços têm sido realizados para tanto e as taxas de mortalidade infantil e perinatal diminuíram, entre 1997 e 2000. Porém, a mortalidade de jovens e adultos estabilizou-se em patamar muito elevado e a de idosos, embora em queda, também é muito alta. Sabe-se que a mortalidade entre jovens e adultos tem causas totalmente distintas da mortalidade infantil e exige respostas que, geralmente, envolvem a segurança pública, os cuidados com o trânsito e o sistema viário e o combate à disseminação de doenças sexualmente transmissíveis.

Estes 16 volumes constituem útil ferramenta para os gestores públicos melhor conhecer a realidade onde atuam e para informar aos cidadãos a situação de seus municípios. Como qualquer indicador, os do IPRS possuem limitações e não se pode exigir deles mais do que são capazes. A Fundação Seade, vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento, agradece a confiança que mereceu da Assembléia Legislativa e espera, com esta publicação, contribuir para o avanço da democratização das informações e para o pleno exercício da cidadania em nosso Estado.

Andrea Sandro Calabi

Secretário de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo
Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Seade

Felícia Reicher Madeira

Diretora Executiva da Fundação Seade

O Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, 9
Região Administrativa de Registro, 19

Municípios

Barra do Turvo, 25
Cajati, 27
Cananéia, 29
Eldorado, 31
Iguape, 33
Ilha Comprida, 35
Itariri, 37
Jacupiranga, 39
Juquiá, 41
Miracatu, 43
Pariquera-Açu, 45
Pedro de Toledo, 47
Registro, 49
Sete Barras, 51

O ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IPRS

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é um sistema de indicadores socioeconômicos referidos a cada município do Estado de São Paulo. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo contratou a Fundação Seade para a elaboração do IPRS, com o objetivo de fornecer instrumentos que permitam o acompanhamento da situação social e econômica desses municípios e que subsidiem a formulação e a avaliação de políticas públicas em âmbito municipal.

O IPRS acompanha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Porém, a operacionalização de ambos apresenta diferenças substanciais, uma vez que o IPRS busca gerar indicadores de curto prazo e evitar os inconvenientes de utilizar um índice sintético baseado numa média das dimensões que o compõem.

Como se sabe, o paradigma do desenvolvimento humano propugna a insuficiência da renda *per capita* como o único indicador das condições de vida da população residente em determinado território. Considera que, além da renda, outras dimensões devem ser incluídas para se ter um quadro mais completo das condições de vida de uma sociedade. No desenvolvimento do IDH, propôs-se que mais duas dimensões fossem incorporadas à renda: a longevidade e a escolaridade, adicionando assim as condições de saúde e de educação ao nível de renda para se gerar um indicador mais abrangente das condições de vida.

Para fazê-lo, o IDH selecionou variáveis específicas para cada dimensão: PIB *per capita*,¹ para a dimensão riqueza; esperança de vida ao nascer, para a dimensão longevidade; e a combinação da taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos e mais (com peso de 2/3) com a taxa de matrícula bruta (peso de 1/3), para a dimensão escolaridade. Os indicadores de cada dimensão são padronizados e transformados numa escala de 0 a 100, que permite calcular a média aritmética simples dos indicadores resultantes em cada uma das escalas.

O interesse pela utilização do IDH como instrumento analítico para a definição de prioridades e metas de políticas públicas vem crescendo notavelmente desde a divulgação do primeiro Relatório Internacional de Desenvolvimento Humano, em 1990, por duas razões fundamentais. A primeira diz respeito ao próprio conceito de desenvolvimento humano adotado pelo PNUD, que procura destacar, como objetivos a serem alcançados por toda e qualquer nação, no longo prazo, não só a ampliação do bem-estar material da população, mas também o alargamento

da liberdade das escolhas pessoais, o que pressupõe a criação de um ambiente propício para a experiência de uma vida longa, saudável e criativa. A segunda razão decorre da facilidade com que o IDH possibilita comparações internacionais e, dependendo da disponibilidade de informações estatísticas dos países, também comparações em âmbito regional ou local, mediante a classificação dos países, Estados ou municípios em um *ranking* a partir do qual podem ser identificadas três categorias: baixo desenvolvimento humano (IDH menor que 0,5); médio desenvolvimento humano (IDH maior que 0,5 e menor que 0,8); e alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8).

No Brasil, o Escritório Regional do PNUD patrocinou a elaboração de um Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, em 1996, e de um Atlas de Desenvolvimento Humano, em 1998. Elaborado conjuntamente pelo Ipea, IBGE e Fundação João Pinheiro, o Atlas utiliza uma medida similar ao IDH (o IDH-M) para reconstituir a evolução dos índices de desenvolvimento humano em nível municipal, no período de 1970 a 1991, tomando por base informações levantadas pelos censos demográficos. Desde então, o IDH-M passou a ser utilizado como referência para o planejamento e a avaliação de políticas e programas sociais no país.

No entanto, para os objetivos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a metodologia adotada para o cálculo do IDH-M possui limitações importantes que o IPRS busca superar. Em primeiro lugar, devido às variáveis utilizadas, originárias do Censo Demográfico, só se pode atualizar o IDH a cada dez anos, período excessivamente longo para quem pretende acompanhar e subsidiar a formulação de políticas públicas. Em segundo lugar, a elaboração de um *ranking* por meio do cálculo das médias dos indicadores das três dimensões do IDH, se facilita a comunicação de seus resultados, dificulta a avaliação da real situação do município em cada uma daquelas dimensões.

Para superar tais limitações, o IPRS, preservando o paradigma do desenvolvimento humano e as três dimensões do IDH, buscou identificar fontes alternativas de dados, em especial registros administrativos, que possibilitassem a atualização mais freqüente do indicador e construiu, por meio de técnicas estatísticas multivariadas, agrupamentos de municípios em situações socioeconômicas semelhantes, evitando o cálculo de um valor médio para cada município.

O Quadro 1 sintetiza as variáveis consideradas em cada uma das três dimensões do IPRS. Note-se que, por ser um sistema de indicadores que permite o acompanhamento permanente da si-

1 No caso de indicadores municipais, o PIB *per capita* tem sido substituído pela renda familiar *per capita*.

Quadro 1

Síntese das Variáveis Seleccionadas e Estrutura de Pesos Adotada, segundo Dimensões do IPRS

| DIMENSÕES | VARIÁVEIS DE RESULTADO | VARIÁVEIS DE ESFORÇO |
|--------------------------|--|--|
| Riqueza Municipal | Consumo de energia elétrica residencial (44%) Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços (23%) Remuneração média dos empregados com carteira assinada (19%) | Valor adicionado fiscal per capita (14%) |
| Longevidade | Mortalidade infantil (30%) Mortalidade de adultos de 60 anos e mais (20%) Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos (20%) | Mortalidade perinatal (30%) |
| Escolaridade | Porcentagem dos jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental (26%) Porcentagem dos jovens de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio (24%) Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos alfabetizadas (24%) Porcentagem de jovens de 15 a 24 anos alfabetizados (23%) | Porcentagem das matrículas de ensino fundamental oferecidas pela rede municipal (3%) |

tuação socioeconômica dos municípios paulistas, as fontes de informações primárias do IPRS não se limitam aos Censos Demográficos, cuja realização ocorre a cada dez anos. Isso exigiu a avaliação de diversas fontes alternativas que possibilitassem a criação de indicadores municipais para as três dimensões, sendo seleccionadas as seguintes:

- indicador de riqueza municipal: registros administrativos fornecidos pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e da Energia do Estado de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego;
- indicador de longevidade: dados do Registro Civil produzidos pela Fundação Seade;
- indicador de escolaridade: dados dos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE e do Censo Escolar, do Ministério da Educação.

Observe-se que, no caso do indicador de escolaridade, ainda se utiliza o Censo Demográfico como fonte de informações primárias, pelo fato de terem ocorrido mudanças, na década de 90, no questionário do Censo Escolar – fonte alternativa preferencial para a produção desses indicadores – o que dificulta a construção de séries históricas. Além disso, tendo em vista a qualidade das informações censitárias, parece inapropriado deixar de utilizá-las quando disponíveis para o ano em pauta.

Desde o início da elaboração do IPRS, além das variáveis de resultado – que caracterizam a situação atual dos municípios, decorrente de fenômenos e processos ocorridos no passado –, buscou-se incorporar outras três, uma para cada dimensão, que refletissem aspectos relacionados aos esforços atualmente empreendidos pelos municípios paulistas (Quadro 1). Ressalte-se que, no cálculo do IPRS ora apresentado, adotou-se uma aproximação inicial dessa abordagem, a ser complementada, oportunamente, por estudos mais detalhados sobre indicadores de esforços em educação e saúde, que foram objeto de trabalhos específicos.

A combinação das variáveis de cada dimensão para a construção de um indicador sintético de riqueza, longevidade e escolaridade implicou a definição dos pesos a serem atribuídos a cada variável (valores entre parênteses no Quadro 1). Para a elaboração dessa estrutura de ponderação, estudou-se a interdependência entre as variáveis por meio de um modelo de análise fatorial. Cada um dos três indicadores sintéticos que correspondem às dimensões do IPRS foi transformado em escala que varia de 0 a 100, de modo a facilitar o manuseio dos dados e a comparação dos municípios.

Esses valores são apresentados nos gráficos que acompanham a análise da situação de cada município do Estado de São Paulo e

Quadro 2

Limites de corte para a definição da escala discreta do IPRS

| Dimensão | | 1997 | 2000 |
|--------------|-------|------------|------------|
| Escolaridade | Baixa | Até 59 | Até 78 |
| | Média | De 60 a 69 | De 79 a 85 |
| | Alta | 70 e mais | 86 e mais |
| Longevidade | Baixa | Até 59 | Até 64 |
| | Média | De 60 a 69 | De 65 a 71 |
| | Alta | 70 e mais | 72 e mais |
| Riqueza | Baixa | Até 49 | Até 49 |
| | Alta | 50 e mais | 50 e mais |

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Nota: Em 1992, utilizaram-se os mesmos limites adotados em 1997.

foi a partir de sua ordenação que se obtiveram os *rankings* referidos às três dimensões do IPRS, também citados nas análises.

Além de sintetizarem a situação de cada município no que diz respeito a riqueza, escolaridade e longevidade, tais indicadores foram empregados para a construção de grupos homogêneos de municípios, por meio da aplicação de técnicas de análise multivariada. Para simplificar a utilização de tais técnicas, as escalas contínuas obtidas foram transformadas em escalas discretas, isto é, em vez de se trabalhar com uma escala numérica, considerou-se mais conveniente identificar as categorias Baixa, Média e Alta (no caso do indicador de riqueza municipal, definiram-se apenas as categorias Baixa e Alta), por meio do estabelecimento de parâmetros ou limites de corte na escala original. Os limites das categorias adotados para cada dimensão do IPRS estão descritos no Quadro 2.

Note-se que, em 2000, os limites de corte são maiores que os adotados em 1997, nos casos das dimensões longevidade e, principalmente, escolaridade. Tal opção – que pode dificultar análises comparativas entre os grupos mas não entre os municípios – deveu-se ao fato de que, nessas duas dimensões – em especial na de escolaridade –, os progressos verificados em praticamente todos os municípios paulistas foram tão acentuados que os limites adotados em 1997 mostraram-se incapazes de diferenciar aqueles grupos.

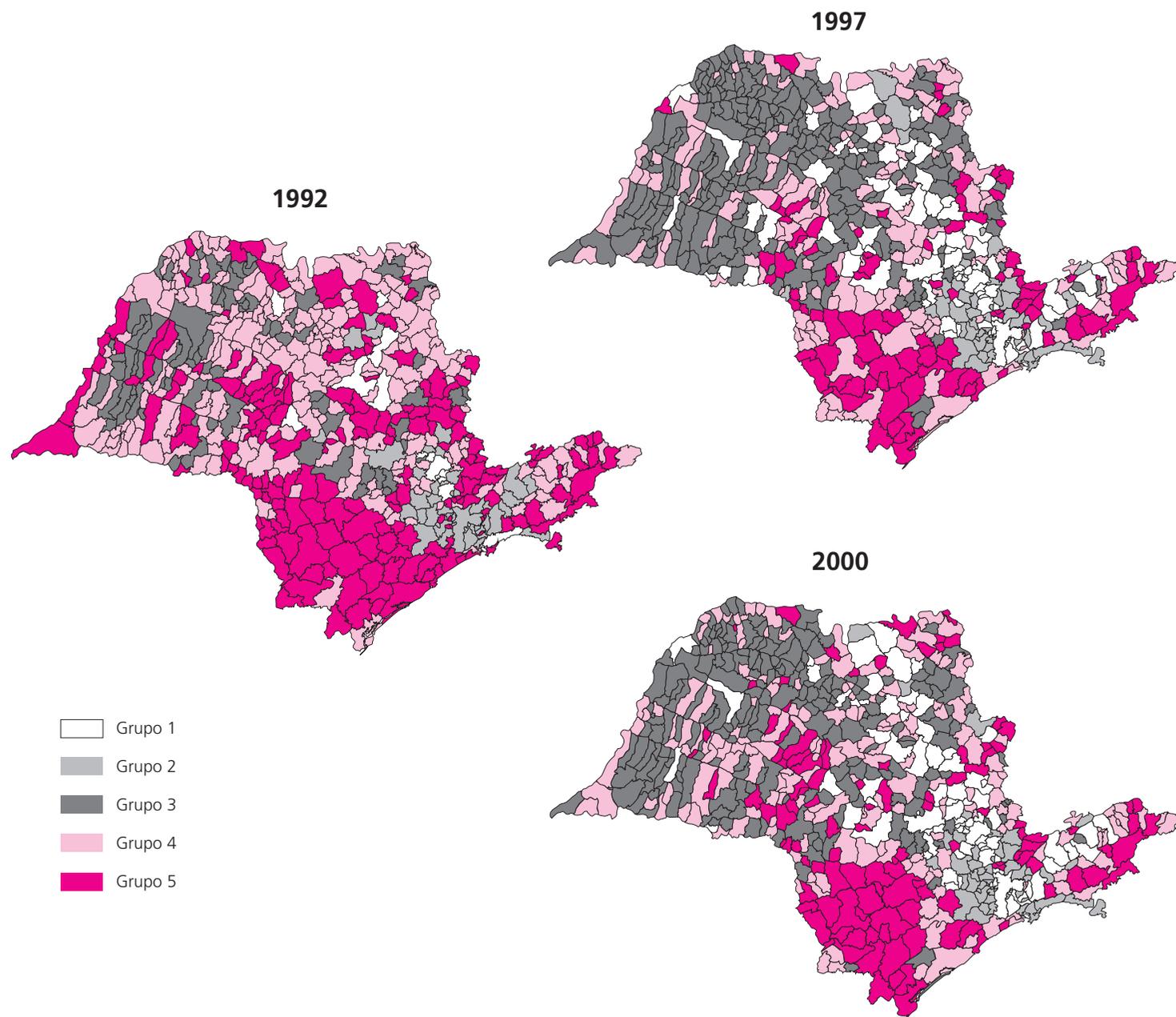
A partir das combinações das escalas das três dimensões, realizadas por análise multivariada, identificaram-se cinco agrupamen-

tos de municípios, apresentados no Mapa 1, cuja descrição geral, empregando-se os resultados de 2000, é apresentada a seguir:

Grupo 1 – incorpora os municípios localizados ao longo dos principais eixos rodoviários do Estado (Vias Anhangüera e Presidente Dutra), que se interceptam no município de São Paulo. Os 81 municípios que compõem este grupo abrigam 23 milhões de habitantes, ou 62% da população estadual, tornando-o o maior dos cinco grupos em população. Fazem parte dele os grandes municípios paulistas (São Paulo, Campinas, Santos, Ribeirão Preto e os municípios do ABC), além de outros com importante dimensão econômica (Araçatuba, Araraquara, Barretos, Bauru, Jaboticabal, Jundiaí, São Carlos, etc.). Os municípios deste grupo associam um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indicadores sociais, embora deva-se ressaltar que, sobretudo nos maiores, existem extremas desigualdades nas condições de vida de suas populações que não são perceptíveis nos indicadores municipais agregados. Para superar essa limitação do IPRS, a Fundação Seade apresentou um estudo, também encomendado pela Assembléia Legislativa de São Paulo, que visa revelar as desigualdades existentes no interior da Região Administrativa de Campinas.

Grupo 2 – corresponde aos municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indicadores sociais. São basicamente aqueles situados nas áreas metropolitanas do Estado e em seu entorno. Este grupo inclui apenas 48 municípios que abrigam pouco mais de 5 milhões de habitantes. Ainda que sejam poucos, os municípios deste grupo

Mapa 1
Municípios Paulistas, segundo os Grupos do IPRS
1992-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

podem ser divididos em, pelo menos, três categorias, tal como observado em 1997: os industriais – como Mauá, Cubatão, Diadema e Guarulhos; os que abrigam condomínios de alto padrão – como Barueri, Cotia e Itapeverica da Serra; e os turísticos, como Atibaia, Campos do Jordão, Guarujá, Ibiúna e Ilhabela. Em todos eles, por distintos processos de formação, constituíram-se estruturas heterogêneas, convivendo níveis elevados de riqueza municipal com uma situação social inadequada. Porém, diferentemente do Grupo 1, o IPRS foi sensível o suficiente para detectá-la.

Grupo 3 – caracteriza-se pela presença de municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões, abrangendo a maioria daqueles localizados no norte e no oeste paulista. Este grupo engloba 211 municípios onde habitam 3,5 milhões de pessoas. O porte médio dos municípios que o compõem (16,7 mil habitantes) é o menor entre os cinco grupos, o que demonstra a alta frequência de pequenos municípios neste agrupamento, embora haja alguns atípicos, como Franca e Santa Bárbara d'Oeste.

Grupo 4 – agrega os municípios com nível de riqueza baixo, mas com níveis médios de longevidade e conhecimento. É composto por vários municípios dispersos no oeste paulista e se concentra no centro e na fronteira nordeste do Estado, no Vale do Paraíba e no entorno do Vale do Ribeira. Incluem-se, neste grupo, 191 municípios onde habitam 3,5 milhões de pessoas. Também neste caso, com exceção de Ferraz de Vasconcelos e São Vicente, entre outros, predominam municípios de pequeno porte, em geral localizados em regiões tradicionalmente consideradas problemáticas.

Grupo 5 – é composto pelos municípios em pior situação no IPRS, está fortemente concentrado no Vale do Ribeira, mas inclui também municípios localizados na zona serrana do Vale do Paraíba e na região central do Estado, num total de 114 municípios, onde vivem apenas 2 milhões de pessoas. Com poucas exceções, os municípios são de pequeno porte (seu porte médio é de 17,3 mil habitantes), localizados nas áreas marcadas tradicionalmente pela pobreza e incapacidade local em lograr avanços socioeconômicos significativos.

Obteve-se assim um retrato do Estado de São Paulo, em que se destaca a grande heterogeneidade regional. Existem dois eixos que acompanham as principais rodovias do Estado e se interceptam no município de São Paulo, concentrando os municípios mais bem posicionados nas três dimensões do IPRS. Os entornos metropolitanos de São Paulo, Campinas e Baixada Santista caracterizam-se por municípios que, mesmo com bons indicadores de riqueza, abrigam populações com níveis de longevidade e escolaridade sofríveis. O oeste paulista concentra municípios pequenos

e com baixos níveis de riqueza, mas cujas populações possuem bons indicadores sociais. Alguns municípios localizados nos bolsões de pobreza do Vale do Ribeira e das Serras do Mar e da Mantiqueira vêm conseguindo melhorar seus indicadores sociais, mas outros mantêm-se na lógica perversa da pobreza.

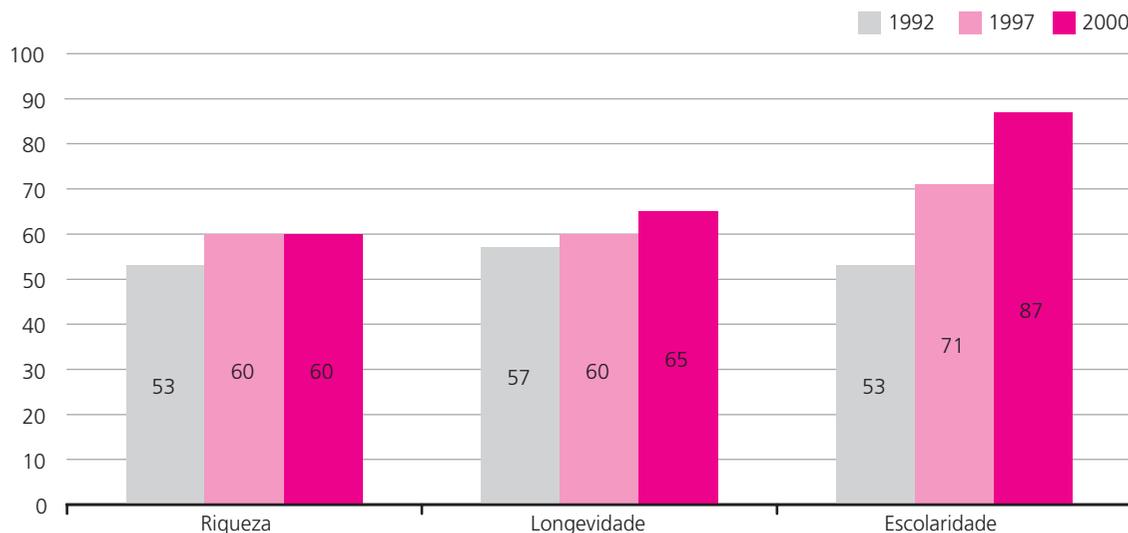
O que se viu em São Paulo, ao longo dos últimos anos, foram tímidas variações do nível da atividade econômica – refletidas na estabilidade dos indicadores de riqueza municipal –, acompanhada de progressos importantes nas condições sociais incluídas no IPRS, como atestam o crescimento do indicador de longevidade e o significativo avanço do indicador de escolaridade. Isso demonstra que, caso fosse considerado apenas o indicador de riqueza para avaliar a situação dos municípios paulistas, o diagnóstico limitar-se-ia a destacar uma virtual estagnação econômica do Estado, deixando de identificar os progressos em sua dimensão social.

Tal descompasso entre o comportamento da economia paulista e dos indicadores sociais mostra que foi possível obter avanços neste último campo, a partir da implementação de políticas públicas adequadas, mesmo em situação econômica desfavorável. Este mesmo descompasso pode levar a alguma perplexidade quanto aos resultados revelados pelo IPRS, uma vez que o baixo dinamismo econômico atinge de forma mais imediata a situação corrente das famílias, seja pelas dificuldades de inserção profissional, seja pela estagnação ou queda de seu rendimento real e de seus níveis de consumo. O que o IPRS revela é que, mesmo com essas ocorrências negativas, as famílias conseguiram inserir e manter seus filhos no sistema educacional e passaram a dispor de melhores condições de saúde, que se refletiram especialmente na redução da mortalidade infantil.

Para facilitar o manuseio das informações e a comparação intermunicipal, os resultados do IPRS foram agrupados segundo as 15 regiões administrativas do Estado de São Paulo. Cada região é apresentada em volume próprio, contendo, além desta apresentação geral, uma análise agregada do IPRS para o Estado de São Paulo e suas regiões administrativas, uma análise da região específica em seu conjunto e uma para cada um dos municípios que a compõem. O 16º volume reúne uma síntese de todas as regiões. Tendo em vista as dificuldades de comparação dos grupos de municípios, diante da mudança dos limites de corte anteriormente mencionada, estas análises privilegiam as comparações intermunicipais, que não foram afetadas por aquela mudança, destacando os indicadores originais utilizados para a construção do IPRS de modo a simplificar sua apreensão.

Espera-se assim oferecer à sociedade paulista e aos administradores municipais um instrumento que permita avaliar os re-

Gráfico 1
Dimensões do IPRS
Estado de São Paulo
1992-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

sultados da ação governamental ao longo dos últimos três anos, contribuindo para o importante debate sobre os fatores que, de fato, conduzem ao desenvolvimento. Quanto mais se puder compreender o funcionamento e o impacto desses fatores, mais eficazes serão as políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento humano.

teve trajetória de crescimento ao longo dos dois períodos e a dimensão escolaridade elevou-se de forma expressiva também nos dois períodos (Gráfico 1). Assim, pode-se constatar que, mesmo em um período de relativa estabilidade de sua economia, como o de 1997 a 2000, obtiveram-se ganhos substanciais nas dimensões sociais do conjunto do Estado, especialmente na referida à escolaridade.

O IPRS do Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo, em seu conjunto, apresentou desempenho diferenciado, segundo as dimensões do IPRS. No caso da riqueza, registrou-se aumento entre 1992 e 1997² e estabilidade no período subsequente. A dimensão longevidade man-

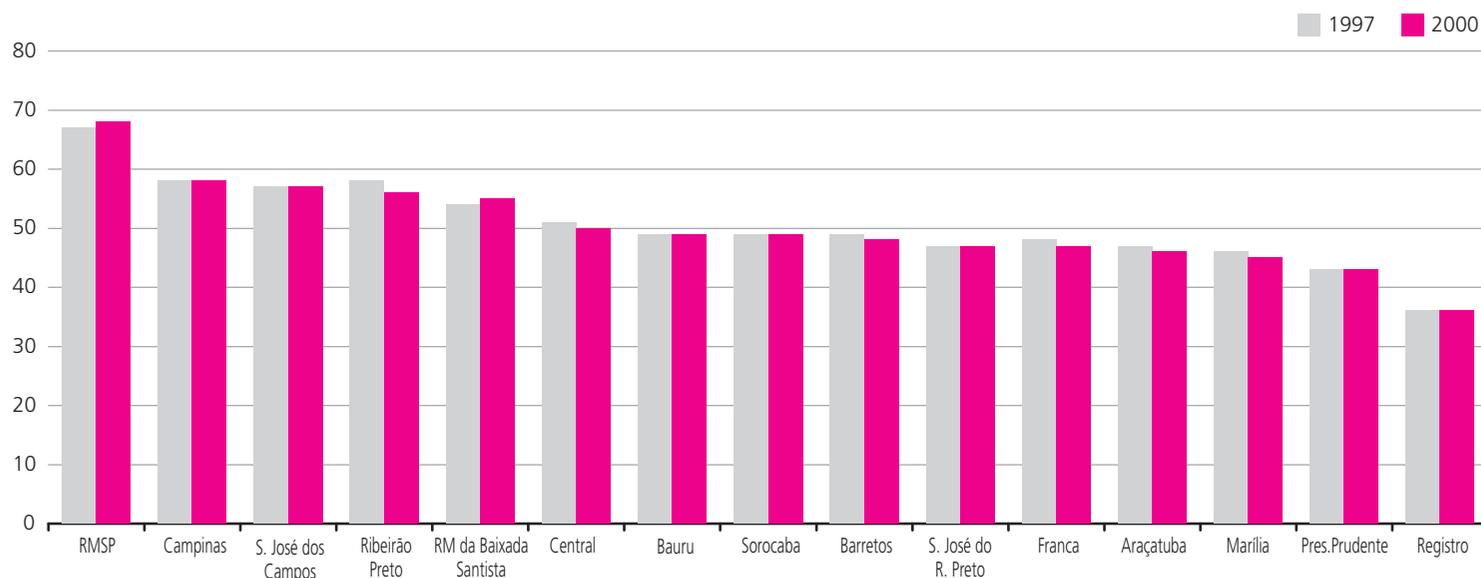
Riqueza

Tomando-se as variáveis que compõem a dimensão riqueza do IPRS,³ para o total do Estado de São Paulo, observa-se, no período 1997-2000, o seguinte comportamento:

² Os anos que aparecem nos gráficos e no texto, relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Apenas na dimensão riqueza, esses anos coincidem com os anos de referência das variáveis originais. Na dimensão longevidade, para o IPRS-97, as taxas de mortalidade referem-se à média do período 1997-99 e, para o IPRS-2000, à do período 1999-2001. Na dimensão escolaridade, os anos de referência das variáveis originais são 1996 e 2000, respectivamente às duas edições do IPRS.

³ As variáveis monetárias estão expressas em reais de 1997. O rendimento médio do setor formal foi deflacionado pelo Índice de Custo de Vida (ICV), do Dieese, e o valor adicionado fiscal pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 2
Dimensão Riqueza
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
1997-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação na agricultura e no setor terciário elevou-se de 13,8 MW para 16,3 MW;
- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação residencial pouco se alterou, passando de 2,7 MW para 2,6 MW;
- o rendimento médio dos assalariados do setor formal diminuiu de R\$ 854 para R\$ 806;
- o valor adicionado fiscal *per capita* passou de R\$ 5.141 para R\$ 4.890.

Observam-se, assim, indicações que permitem inferir a ocorrência de um deslocamento do dinamismo econômico do Estado de São Paulo a favor dos setores primário e terciário em detrimento de seu setor industrial. Por seu turno, os indicadores associados à renda das famílias mostram a perda de seu poder de compra, no período. Como resultado desses movimentos, o indicador agregado de riqueza do Estado de São Paulo manteve-se estável entre 1997 e 2000.

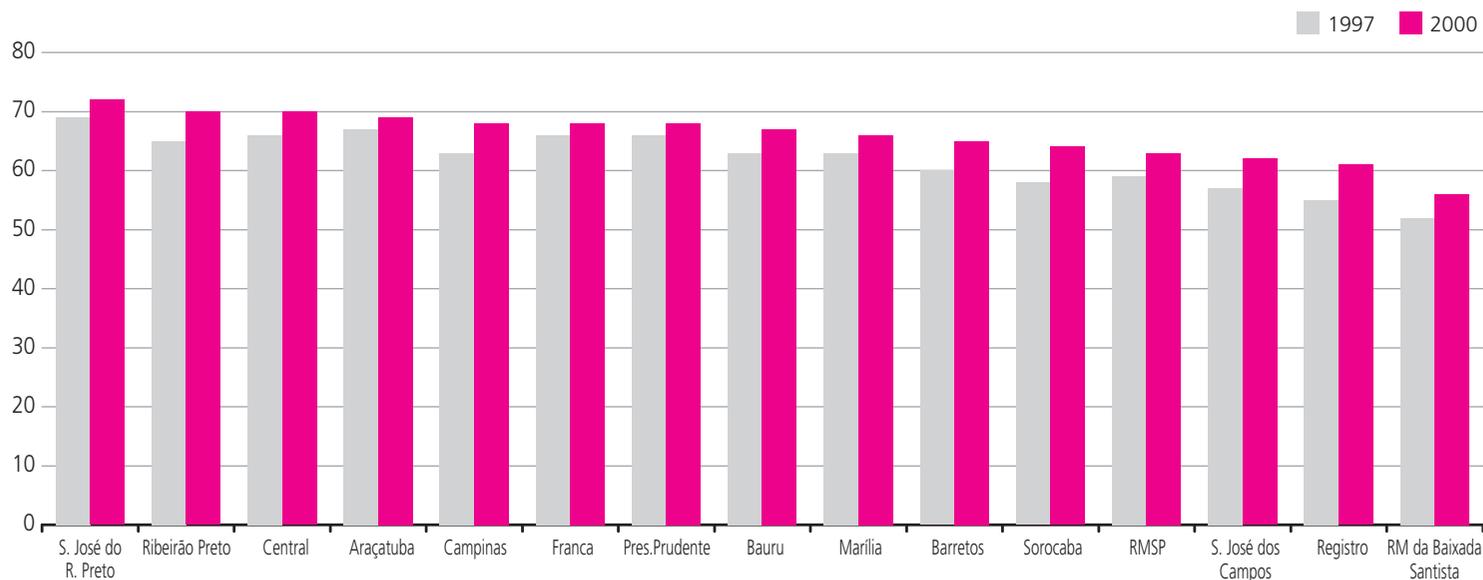
Sob a ótica regional, nota-se que apenas as Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista ampliaram (em um

ponto) seu escore de riqueza, enquanto as demais registraram redução ou estabilidade nesta dimensão. Merece menção a Região Administrativa de Ribeirão Preto, cujo indicador de riqueza diminuiu dois pontos. Pode-se afirmar, portanto, que a relativa estabilidade da atividade econômica atingiu todas as regiões administrativas do Estado, uma vez que não foram observados movimentos muito discrepantes nesse corte regional (Gráfico 2). Tal estabilidade, por seu turno, fez com que a ordenação das regiões administrativas se mantivesse inalterada no período, com a Região Metropolitana de São Paulo obtendo o escore mais elevado nesta dimensão, seguida pelas Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto. As regiões que obtiveram os menores escores de riqueza foram, em ordem decrescente, as de Marília, Presidente Prudente e Registro.

Longevidade

Sob a perspectiva da longevidade, o conjunto do Estado de São Paulo apresentou progressos importantes, como pode-se

Gráfico 3
Dimensão Longevidade
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
1997-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

observar pela evolução, entre 1997 e 2000, das variáveis componentes desta dimensão:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 19,2 para 16,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) também reduziu-se de 20,6 para 18,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 2,4 para 2,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas com idade superior a 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 42,7 para 39,7.

O progresso mais importante entre tais taxas foi o registrado na de mortalidade infantil, cuja redução foi de 2,4 pontos percentuais. Comparando este indicador com o de outros países da América Latina,⁴ a taxa de mortalidade infantil paulista (16,8) é inferior à observada, em 2000, na Argentina (18) e, mais ain-

da, da registrada no México (25), mas superior à de países como o Uruguai (15) e Cuba (7). Em relação aos países europeus, o Estado de São Paulo apresenta taxa de mortalidade infantil inferior à da Rússia (18), mas muito superior à de países como Portugal (6) ou Espanha (5).

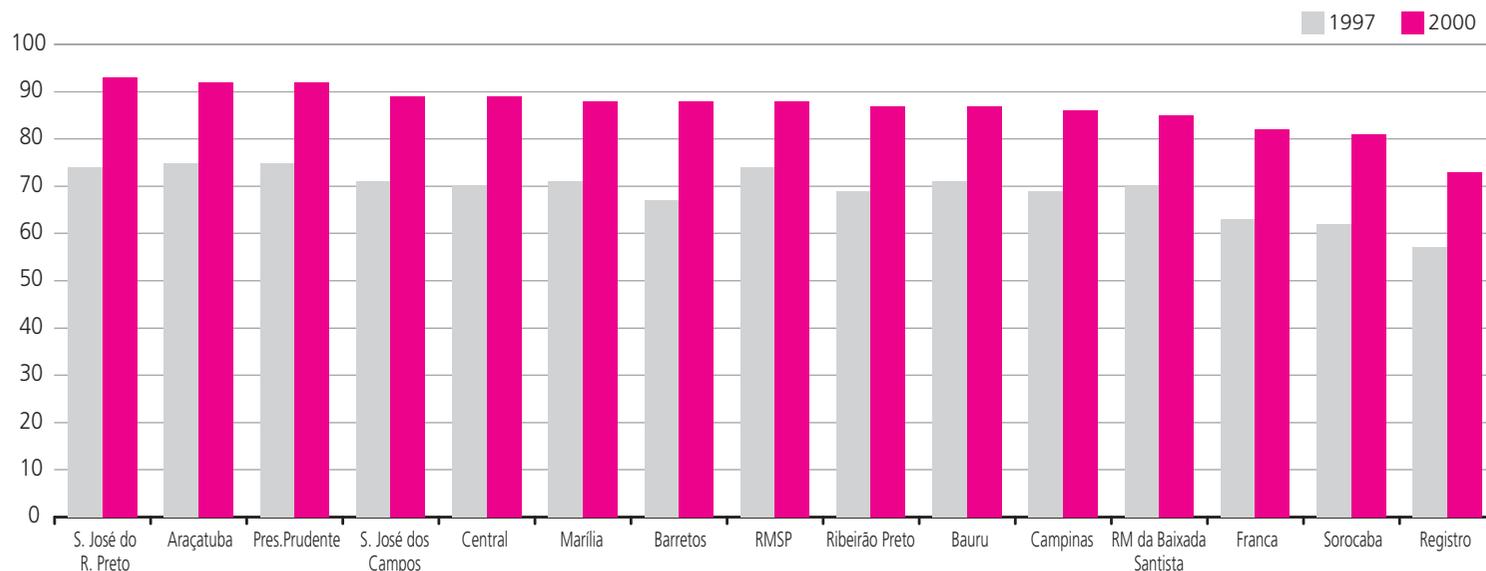
Comparando-a com a média brasileira (31,8), calculada pelo IBGE, em 1999, apenas os Estados de Rio Grande do Sul (15,1) e Santa Catarina (16,4) apresentam taxas de mortalidade infantil bem inferiores à paulista (17,9),⁵ que se aproxima das estimadas para o Paraná (17,2) e o Espírito Santo (17,7). Nos demais Estados da Região Sudeste, essas taxas são superiores a 21 e nas demais regiões brasileiras são ainda mais elevadas: 25,1 no Centro-Oeste; 33,9 no Norte e 52,4 no Nordeste.

Sob a ótica regional (Gráfico 3), os progressos nesta dimensão foram generalizados, embora com intensidades diferentes nas di-

⁴ Informações internacionais disponíveis em: <http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_series_list.asp>.

⁵ Adotou-se a taxa de mortalidade infantil estimada pelo IBGE, em 1999 – a estatística oficial disponível mais recente – para permitir a adequada comparação do Estado de São Paulo com as outras regiões do país.

Gráfico 4
Dimensão Escolaridade
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
1997-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

versas regiões administrativas, merecendo destaque as de Registro e Sorocaba, que avançaram seis pontos em seus respectivos escores. Essa evolução diferenciada alterou a ordem das regiões segundo esta dimensão. A mais bem posicionada em 2000 era a de São José do Rio Preto, que já ocupava essa posição em 1997. As três regiões em pior situação, em 2000 – São José dos Campos, Registro e RM da Baixada Santista –, a despeito dos progressos experimentados no período, não alteraram suas classificações em relação àquelas observadas em 1997. Das que avançaram, merece destaque a região de Ribeirão Preto, que passou da sexta para a segunda posição. Em contrapartida, a de Araçatuba, que ocupava o segundo lugar, em 1997, passou para o quarto, em 2000.

Escolaridade

No que diz respeito à dimensão escolaridade, os avanços registrados no conjunto do Estado de São Paulo foram excepcionais: o escore médio desta dimensão passou de 53, em 1992,

para 71, em 1997, e atingiu 87, em 2000 (Gráfico 4). Tal evolução pode ser mais bem apreendida pelo comportamento das variáveis componentes desta dimensão:

- a proporção de jovens de 15 a 19 anos de idade que concluíram o ensino fundamental passou de 49,1%, em 1997, para 65,6%, em 2000;
- a parcela das pessoas com 19 a 24 anos que completaram o ensino médio aumentou de 30,2% para 44,6%, no mesmo período;
- entre os indicadores de alfabetização, a proporção de pessoas com mais de um ano de estudo na faixa etária de 10 a 14 anos variou de 93,6% para 95,7%, entre 1997 e 2000, e na faixa etária de 15 a 24 anos manteve-se em 96,6%, no mesmo período;
- a participação da rede municipal na oferta de vagas para o ensino fundamental, no total da rede pública, passou de 27,2%, em 1997, para 29,2%, em 2000.

Como se nota, foram grandes os avanços observados nos indicadores de cobertura dos ensinos fundamental e médio, embora haja ainda muito a percorrer neste campo. Quanto aos indi-

cadadores de alfabetização, os níveis obtidos pelo Estado de São Paulo são elevados. Porém, a taxa de alfabetização, em 2000, na faixa etária de 15 a 24 anos, em países da América Latina,⁶ como Argentina (98,6%), México (97,0%) e Uruguai (99,1%), é ainda ligeiramente superior à média paulista.⁷ Quanto ao avanço da municipalização do ensino fundamental, observa-se que no conjunto do Estado este processo ainda está longe de se completar e tem se dado num ritmo ainda muito lento.

Do ponto de vista regional (Gráfico 4), todas as regiões administrativas apresentaram expressivos ganhos no indicador de escolaridade. Embora esse avanço tenha sido generalizado, chama a atenção o caso da Região Administrativa de Barretos, que elevou em 21 pontos seu escore de escolaridade. Mesmo a Região Metropolitana de São Paulo, cujo crescimento foi o menor entre as regiões do Estado, ampliou seu escore em 14 pontos.

Também neste caso, a região mais bem posicionada é a de São José do Rio Preto (ocupava o segundo posto, em 1997), seguida pelas de Araçatuba e Presidente Prudente. As regiões que se encontram nas últimas colocações (as mesmas que ocupavam em 1997) são, em ordem decrescente, as de Franca, Sorocaba e Registro.

Estes indicadores mostram que, para o conjunto do Estado de São Paulo, a despeito da relativa estabilidade da dimensão riqueza, houve expressivos progressos nas dimensões longevidade e, sobretudo, escolaridade. Esta simples constatação demonstra o acerto do paradigma do desenvolvimento humano, também adotado no IPRS, que considera insuficiente o uso exclusivo da renda como medida das condições de vida da população. Isto torna-se ainda mais evidente quando se observa a situação das diferentes regiões administrativas nas três dimensões. Ao contrário do que se poderia supor, são frequentes os casos de regiões bem posicionadas na dimensão riqueza que apresentam sofríveis indicadores em uma ou em ambas as dimensões sociais. A situação inversa também ocorre, como no caso da região de São José do Rio Preto, que ocupa a primeira posição nas dimensões longevidade e escolaridade, mas apenas a 11^a na dimensão riqueza. Em outros termos, é possível afirmar, com base nestes indicadores, que, mesmo num período de relativa estagnação da economia, podem-se obter avanços sociais importantes, como os verificados no Estado de São Paulo, nos últimos anos.

Informações do Censo Demográfico – 2000

| | |
|---|-------------------|
| População Total (habitantes) | 36.974.378 |
| Densidade Demográfica (habitantes/km²) | 148,73 |
| Número de Domicílios Particulares Permanentes | 9.729.420 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %) | 86,1 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %) | 97,4 |
| Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %) | 98,9 |
| Domicílios com Iluminação Elétrica (em %) | 99,8 |
| Domicílios Inadequados ¹ (em %) | 21,8 |
| Indicador de Concentração de Renda ² | 0,72 |

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

⁶ Informações internacionais disponíveis em: <http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_series_list.asp>.

⁷ Observe-se que, para a ONU, uma pessoa é considerada alfabetizada se puder, com compreensão, ler e escrever um texto simples sobre sua vida cotidiana. No caso do IPRS, entende-se por alfabetizada a pessoa que possui pelo menos um ano de escolaridade formal, o que dificulta, em certa medida, as comparações com outros países.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE REGISTRO

População e território

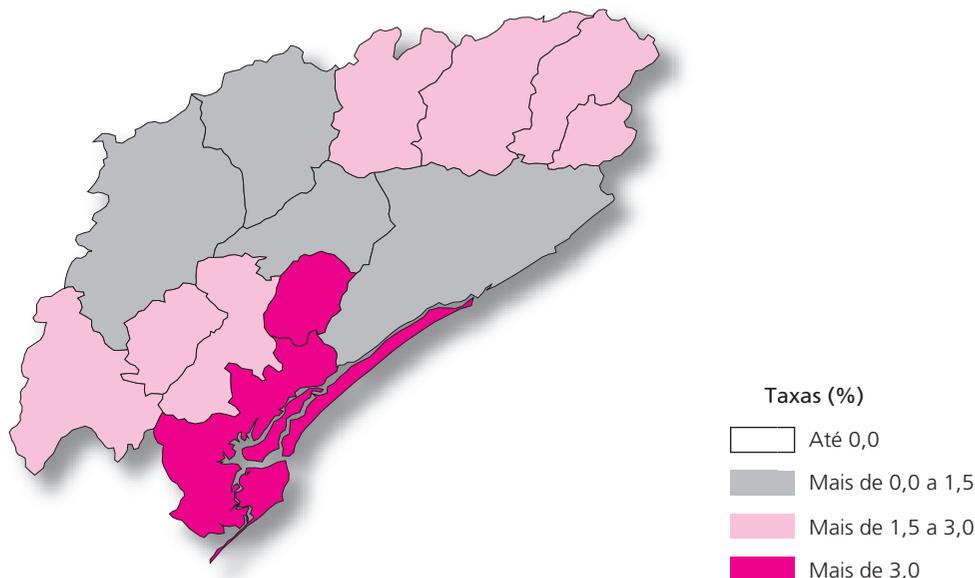
Na Região Administrativa de Registro vivem 265.348 habitantes, em 14 municípios. Seu território ocupa pouco mais de 12 mil quilômetros quadrados no litoral Sul do Estado e apresenta a menor densidade demográfica (21,9 habitantes/km²), em comparação com as demais regiões paulistas. A maior concentração populacional encontra-se no município de Registro (considerado sede da região), com 78,1 hab./km². Em seguida vêm Cajati (64,1 hab./km²), Parquera-Açu (47,6), e Itariri (46,1).

Historicamente, a região apresenta as menores taxas de crescimento populacional do Estado. Entre 1980 e 1991, esta taxa foi de 1,9% a.a. e praticamente não se alterou na década seguinte, quando a população aumentou 1,8% a.a. (pouco mais que o crescimento vegetativo do Estado de 1,5%). Entre 1991 e

2000, Ilha Comprida foi o município que se destacou pelo aumento populacional (9,5% a.a.), seguido por Parquera-Açu (3,3% a.a.) e Cananéia (3,1% a.a.). Registro (1,1% a.a.), Sete Barras (1,1% a.a.), Eldorado (0,8% a.a.) e Iguape (0,7% a.a.) foram os municípios que permaneceram abaixo do crescimento vegetativo do Estado.

O pequeno crescimento e a baixa densidade populacional teoricamente refletem baixos níveis de pressão antrópica. Porém, essa hipótese nem sempre se confirma quando analisados os índices de saneamento, que podem ser considerados insatisfatórios em alguns municípios.⁸ Os mais baixos índices de abastecimento de água e coleta de esgoto estão em Ilha Comprida, onde 76,7% das unidades residenciais são atendidas pela oferta de água e apenas 26,8% possuem coleta de esgoto. O município de Sete Barras é o mais bem posicionado nas mesmas

Taxa Anual de Crescimento Populacional
RA de Registro
1991/2000



Fonte: Fundação Seade.

⁸ No Estado de São Paulo, o abastecimento de água atende a 97,4% das unidades residenciais, a coleta de esgoto, a 86,1%, e a coleta de lixo abrange 98,9% dos domicílios.

categorias, atendendo a 100,0% das residências na oferta de água e a 92,6% na captação de esgoto. Municípios como Itariri, Iguape e Pedro de Toledo apresentam cerca de metade do esgoto captado em suas residências. Quanto à coleta de lixo, Jacupiranga e Barra do Turvo possuem os melhores índices (respectivamente, 99,3% e 99,4% das unidades residenciais atendidas) e Itariri detém o mais baixo (apenas 84,9%). A captação e o tratamento de água, assim como a coleta e o tratamento de esgoto (este último praticamente inexistente na maioria dos municípios paulistas), implicam impactos substanciais ao meio ambiente e aos orçamentos públicos.

Economia

A economia da Região Administrativa de Registro baseia-se na agricultura, na mineração e no extrativismo vegetal. Na agricultura, destacam-se as produções de banana (representando 70% da produção do Estado, exportada para a Argentina e para o Uruguai), e de erva-mate. O litoral sul do Estado é a única região paulista a produzir erva-mate, exportando cerca de 85% da sua produção. Outras atividades agropecuárias (porém em menor escala) incluem a criação de gado, o cultivo de tomate, tangerina, flores e grãos (arroz e milho), além de atividades ligadas à pesca e à criação de búfalos.

Reconhece-se que a região apresenta um bom potencial para o desenvolvimento da agroindústria. O foco está na transformação de diversas atividades atualmente praticadas de forma artesanal e informal, para que venham agregar valor à produção e gerar maior número de empregos. Um avanço nessa direção foi a recente instalação (em setembro de 2002), no município de Pariqueira-Açu, do Pólo Regional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira, cujo objetivo é trazer novas oportunidades aos produtores da região.

A importância desse tipo de iniciativa reside no fato de que a industrialização nunca foi expressiva na região, seja por razões históricas, seja pelas dificuldades de acesso ou por condições do ambiente natural. A maior quantidade de indústrias localiza-se no município de Registro, onde 98 estabelecimentos empregam 895 trabalhadores. Cajati é o segundo maior empregador na indústria, com 829 pessoas em 22 estabelecimentos industriais. Já o setor de serviços emprega o maior número de trabalhadores em 11 dos 14 municípios da região. A quantidade de empregos nesse setor varia entre 150, em Barra do Turvo, e 2.600, em Registro. O principal centro comercial (com 423 estabelecimentos comerciais empregando 2.050 pessoas) e educacional da região é o município de Registro, onde estão localizadas duas fa-

culdades particulares mantidas pela Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul (Scelisul). Como na região entre São Paulo e Curitiba praticamente inexistem opções de formação no ensino superior, sua influência atinge municípios como Miracatu, Juquiá, Juquitiba, Sete Barras, Pariqueira-Açu, Pedro de Toledo, Iporanga, Barra do Turvo, Eldorado, Cajati, Cananéia, Iguape, Ilha Comprida, Itariri e Jacupiranga, alguns localizados além das fronteiras da região administrativa.

Quando comparada às demais regiões administrativas do Estado, a de Registro ocupa o último lugar no *ranking* de investimentos recebidos. De outubro de 1996 a outubro de 2002, os investimentos anunciados para a região totalizaram US\$ 8,4 milhões, dos quais 92,4% foram destinados à indústria de alimentos e bebidas e 7,6% ao setor de telecomunicações. Percebe-se a virtual inexistência de investimentos em segmentos estratégicos da região, como agronegócio, melhoria do sistema viário, transportes, saneamento, habitação, gerenciamento de recursos hídricos, e desenvolvimento tecnológico. A necessidade de se reverter esse quadro deve ainda levar em conta uma das mais importantes características dos municípios da região: constituem-se em abrigos aos maiores remanescentes de Mata Atlântica do Estado, protegidos quase que integralmente por unidades de conservação.

Os municípios de Barra do Turvo, Itariri, Jacupiranga e Juquiá possuem mais da metade de seus territórios cobertos por vegetação nativa, enquanto Cananéia, Eldorado, Iguape, Sete Barras e Miracatu possuem entre 70% e 80% e em Pedro de Toledo 90% de sua área são ocupados por tal vegetação. Isso significa que a região pode oferecer excelentes oportunidades para o desenvolvimento de projetos de turismo ecológico. Nela estão localizados os parques estaduais de Carlos Botelho, Jacupiranga, Pariqueira-Abaixo, Ilha do Cardoso, Parque Estadual de Intervales, o Núcleo Pedro de Toledo do Parque Estadual da Serra do Mar e o Parque Turístico do Alto Ribeira, além das estações ecológicas de Chauás e Juréia-Itatins e das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) de Cananéia-Iguape-Peruibe, da Serra do Mar e de Ilha Comprida.

Nas últimas décadas, projetos de desenvolvimento para a região (turismo, agropecuária, mineração, atividades imobiliárias, extração de madeira, geração de energia hidrelétrica) entraram em conflito com a política ambiental, já que as áreas de preservação possuem diferentes graus de restrição ao estabelecimento de populações e de atividades econômicas. Isso significa que um dos maiores desafios a ser enfrentado pela Região Administrativa de Registro é o de estimular a geração de emprego e renda, conciliando-a com a conservação ambiental, sobretudo por meio de atividades que aproveitem o potencial da biodiversidade sem comprometer seu uso às gerações futuras.

O IPRS na Região Administrativa de Registro

Como a breve apresentação da Região Administrativa de Registro sugere, seu dinamismo econômico é bastante limitado e suas opções de desenvolvimento conflitam crescentemente com a necessidade de preservação ambiental. Por estas razões, que têm raízes na própria história do Estado de São Paulo, sua situação nas três dimensões do IPRS é bastante desfavorável.

A distribuição dos municípios desta região nos cinco grupos do IPRS também espelha tal situação: apenas Registro e Ilha Comprida foram classificados no Grupo 3, que reúne os municípios que, mesmo não apresentando bons indicadores de riqueza, logram obter resultados satisfatórios em pelo menos uma das demais dimensões do IPRS. Dos doze municípios restantes, quatro encontram-se no Grupo 4 e oito no Grupo 5. Recorde-se que estes dois grupos agregam os municípios em piores situações de riqueza, longevidade e escolaridade, sendo que os classificados no Grupo 4 encontram-se em situação ligeiramente melhor que os do Grupo 5, em especial no que diz respeito às dimensões sociais.

O indicador agregado de riqueza mostra que esta região apresentou considerável crescimento entre 1992 e 1997, mas, tal como o conjunto do Estado de São Paulo, estabilizou-se no triênio subsequente.⁸ De modo geral, o mesmo comportamento foi observado em todos os municípios desta região, porém, merecem menção os municípios de Ilha Comprida, por ter sido o único que apresentou queda significativa em seu indicador de riqueza, entre 1997 e 2000, Cajati, Eldorado e Itariri, que registraram crescimento de dois pontos em seus respectivos escores de riqueza, no mesmo período.

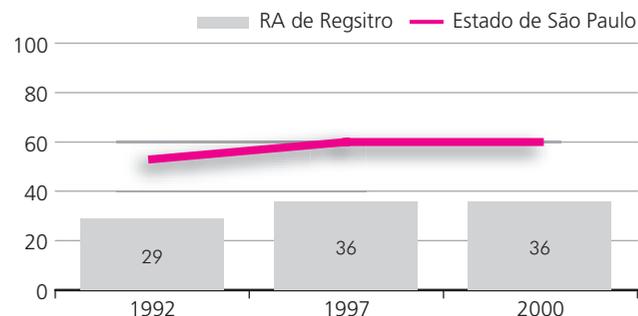
Na região, verificou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão riqueza, entre 1997 e 2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação na agricultura, no comércio e nos serviços passou de 5,5 MW para 6,5 MW, enquanto a média do Estado, em 2000, foi de 16,3 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estabilizado em 1,8 MW, sendo a média do Estado de 2,6 MW, em 2000;

⁹ Os anos que aparecem nos gráficos e no texto relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Apenas na dimensão riqueza, esses anos coincidem com aqueles de referência das variáveis originais. Na dimensão longevidade, para o IPRS-92, as taxas de mortalidade referem-se à média do período 1993-95, para o IPRS-97 à do período 1997-99 e, para o IPRS-2000 à do período 1999-01. Na dimensão escolaridade, os anos de referência das variáveis originais são 1996 e 2000, respectivamente às duas edições do IPRS.

¹⁰ O indicador de longevidade, construído a partir de diferentes taxas de mortalidade, é sujeito a grande variabilidade nos municípios de pequeno porte, razão pela qual as taxas de mortalidade utilizadas correspondem à média de três anos, conforme a nota anterior. Mesmo utilizando esse critério, o indicador e as variáveis que o compõem não estão totalmente isentos desse problema, o que implica a necessidade de ser analisado com cuidado, em especial nos pequenos municípios.

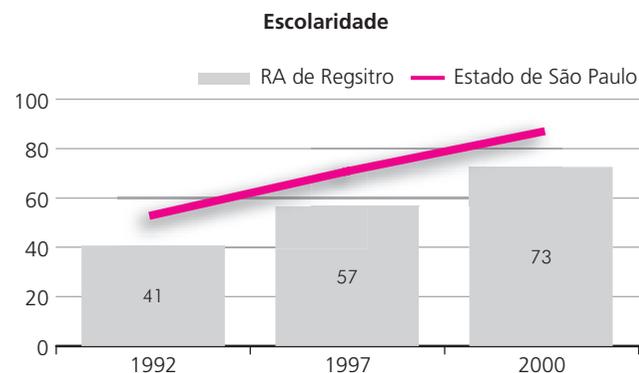
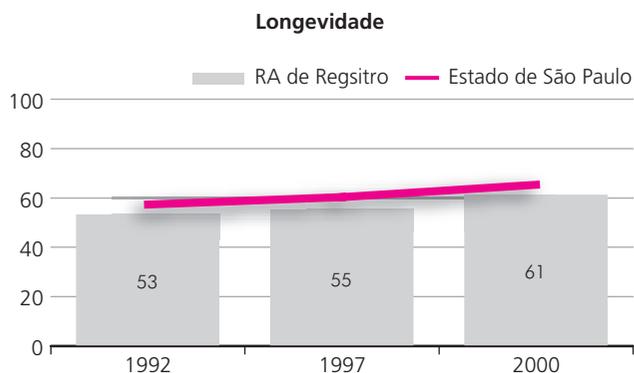
Riqueza



- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 497 para R\$ 450, e a média do Estado, em 2000, ficou em R\$ 806;
- o valor adicionado fiscal *per capita* passou de R\$ 1.563 para R\$ 1.370, enquanto a média do Estado, em 2000, era de R\$ 4.890.

Das variáveis utilizadas na construção do indicador de riqueza, somente houve crescimento no consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário. Verificou-se retração nos valores das demais variáveis (consumo de energia elétrica residencial, rendimento médio do emprego formal e valor adicionado fiscal *per capita*), situando-se todas abaixo da média estadual, o que confirma o baixo dinamismo das atividades econômicas da região.

O indicador de longevidade mostrou-se crescente ao longo de todo o período em análise, mas seu patamar encontra-se ainda pouco inferior ao do conjunto do Estado. Quase todos os municípios da região ampliaram seus escores de longevidade, com exceção de Iguape, que registrou redução. Ilha Comprida, Itariri, Pariquera-Açu e Registro apresentam valores semelhantes ou superiores ao conjunto do Estado (65). Porém, mesmo obtendo significativa melhora ao longo do período, os demais municípios ainda se encontram abaixo da média estadual, no que se refere à longevidade, sendo Barra do Turvo (51) e Juquiá (53) os que possuem os escores mais baixos.¹⁰



Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão longevidade, entre 1997 e 2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 24,7 para 19,7, sendo a média do Estado, em 2000, de 16,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) passou de 25,7 para 23,2 e a média do Estado, em 2000, foi de 18,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 2,4 para 2,0, enquanto a média do Estado, em 2000, correspondeu a 2,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 44,0 para 38,8, sendo a média do Estado, em 2000, de 39,7.

Houve, portanto, redução de todas as variáveis de mortalidade na região, embora nem todos seus municípios tenham apresentado este mesmo movimento. Em diversos deles, as taxas de mortalidade investigadas encontram-se em patamares superiores às registradas no conjunto do Estado.

No caso da dimensão escolaridade, a Região Administrativa de Registro situa-se em nível bastante inferior (73) ao do conjunto do Estado (87), apesar de se ter presenciado considerável melhora nesta dimensão, ao longo do período em análise. Somente o município de Ilha Comprida (86) encontra-se próximo à média estadual. Itariri, Miracatu, Pedro de Toledo e Sete Barras apresentam escores entre 63 e 67. Os demais registraram valores entre 71 e 81. Apresenta Barra do Turvo o menor escore de escolaridade da região (42).

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão escolaridade, entre 1997 e 2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental aumentou de 37,3% para 54,5%, sendo a média do Estado, em 2000, de 65,6%;

- a parcela de jovens de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio passou de 19,6% para 32,6% e a média do Estado, em 2000, foi de 44,6%;
- a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo variou de 91,1% para 94,0%, enquanto a média do Estado, em 2000, foi de 95,7%;
- a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo variou muito pouco, passando de 95,0% para 95,3%, e a média do Estado, em 2000, foi de 96,6%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública cresceu de 16,2% para 17,2%, sendo a média do Estado, em 2000, de 29,2%.

Tais informações revelam que as variáveis de cobertura dos ensinos fundamental e médio da Região Administrativa de Registro encontram-se abaixo da média do Estado. Apesar de sua melhora ao longo dos anos, o impulso ainda não foi suficiente para aproximar os municípios da média estadual no que se refere à escolaridade.

Uma apreciação geral do comportamento da Região Administrativa de Registro, realizada por meio do IPRS, indica que seu desempenho econômico foi bastante inferior ao conjunto do Estado, tendo se estabilizado entre 1997 e 2000. Tal resultado decorreu da própria estabilidade do consumo familiar e do aumento do nível de atividade nos setores primário e terciário, insuficientes para compensar o ligeiro decréscimo da atividade industrial – expresso, em grande parte, no valor adicionado fiscal – e a queda dos salários médios reais.

No que diz respeito ao decréscimo da média salarial, a maior diminuição foi registrada em Ilha Comprida. Já municípios como Barra do Turvo, Itariri, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu e Registro revelaram pequeno aumento desta variável. Quanto ao valor adicionado fiscal *per capita*, as maiores quedas ocorreram em Juquiá, Miracatu e Registro. Cajati foi o único município no qual esta variável aumentou.

As variáveis de mortalidade apresentaram-se, em geral, decrescentes, embora, em alguns municípios, seus patamares ainda sejam excessivamente elevados – como as de mortalidade infantil em Jacupiranga e as de mortalidade perinatal em Barra do Turvo, Ilha Comprida, Eldorado e Juquiá. No conjunto da Região Administrativa de Registro, as taxas de mortalidade de jovens e adultos e da população idosa encontram-se abaixo da média do Estado, apesar de, em alguns municípios, essas variáveis superarem o valor estadual.

Por fim, a evolução do indicador de escolaridade foi claramente positiva para o conjunto da região, com progressos visíveis em todas as suas variáveis. Os avanços mais significativos

foram observados na cobertura dos ensinos fundamental e médio. Alguns municípios ampliaram em mais de 20 pontos percentuais a parcela da população jovem com o ensino fundamental completo, como Barra do Turvo, Cananéia, Eldorado, Iguape e Juquiá. Destaque pode ser dado para Ilha Comprida, onde a porcentagem de jovens que concluíram o ensino fundamental aumentou em 30 pontos. No caso do segmento da população juvenil com ensino médio completo, o caso mais bem sucedido foi o de Iguape, mas os resultados continuam preocupantes em diversos municípios, como Barra do Turvo, onde somente 10,5% dos jovens entre 20 e 24 anos concluíram o ensino médio.

Informações do Censo Demográfico – 2000

| | |
|---|----------------|
| População Total (habitantes) | 265.348 |
| Densidade Demográfica (habitantes/km²) | 21,88 |
| Número de Domicílios Particulares Permanentes | 46.337 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %) | 66,0 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %) | 94,1 |
| Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %) | 95,6 |
| Domicílios com Iluminação Elétrica (em %) | 98,7 |
| Domicílios Inadequados ¹ (em %) | 16,9 |
| Indicador de Concentração de Renda ² | 0,67 |

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

BARRA DO TURVO

Barra do Turvo, que pertencia ao Grupo 5 em 1992, manteve essa posição em 2000. Esse grupo reúne os municípios com baixo índice de desenvolvimento econômico e social. Os indicadores de longevidade e escolaridade sinalizam um processo de melhoria continuada, enquanto a riqueza municipal mantém em 2000 o mesmo nível de 1997.

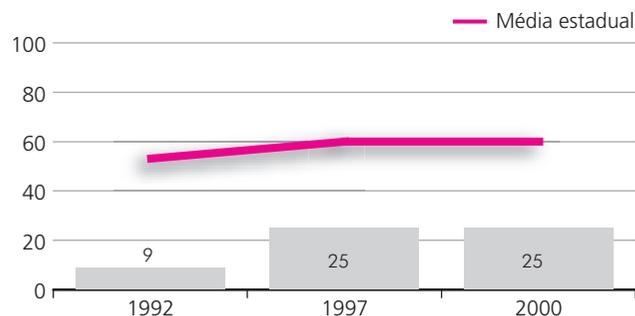


Riqueza: da estagnação ao crescimento tímido

Barra do Turvo ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 618^a

2000 – 624^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 5,8 MW para 5,9 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial passou de 1,3 MW para 1,4 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 447 para R\$ 472;
- o valor adicionado fiscal *per capita* na indústria apresentou uma importante redução de R\$ 416 para R\$ 110.

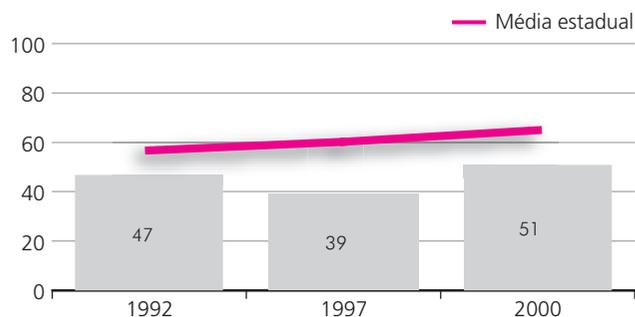
Tais indicadores sugerem um leve aumento nas atividades primária e terciária, e o aumento no consumo elétrico residencial está possivelmente relacionado ao aumento do rendimento médio do emprego formal, apesar da forte retração do valor adicionado fiscal *per capita*.

Longevidade: mortalidade em queda

Barra do Turvo ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 639^a

2000 – 623^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) caiu de 29,1 para 23,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) também diminuiu de 40,0 para 35,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) baixou de 3,7 para 2,7;
- a taxa de mortalidade (por mil habitantes) das pessoas com idade superior a 60 anos decresceu de 40,9 para 32,8.

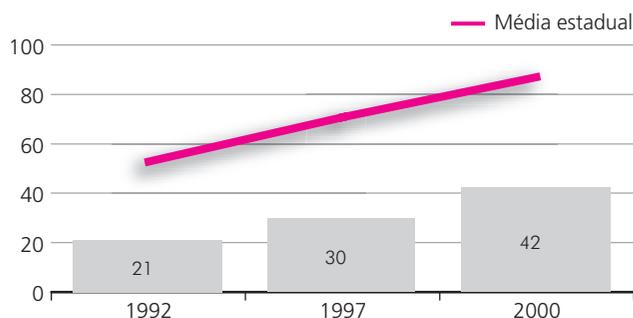
Mudanças positivas nas taxas de mortalidade, sobretudo infantil e perinatal. Porém, encontram-se em níveis muito acima da média regional.

Escolaridade: resultados ainda insatisfatórios

Barra do Turvo ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 643^a

2000 – 645^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- passou de 12,7% para 33,8% a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental;
- cresceu de 5,4% para 10,5% a proporção de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio;
- aumentou de 85,2% para 91,2% a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo, e a das pessoas com 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo, diminuiu de 91,0% para 88,5%;
- é nula a participação da rede municipal no total do ensino fundamental público.

Apesar do aumento significativo da cobertura do ensino fundamental, essas variáveis ainda são muito inferiores que os níveis alcançados pela região e pelo Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

| | |
|--|-------|
| População Total (habitantes) | 8.098 |
| Densidade Demográfica (habitantes/km ²) | 7,99 |
| Número de Domicílios Particulares Permanentes | 707 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %) | 70,7 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %) | 97,3 |
| Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %) | 99,4 |
| Domicílios com Iluminação Elétrica (em %) | 98,3 |
| Domicílios Inadequados ¹ (em %) | 16,4 |
| Indicador de Concentração de Renda ² | 0,74 |

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartil) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

As informações mostram que ainda são precárias as situações de longevidade e escolaridade em Barra do Turvo e que seu nível de riqueza também é baixo.

Ranking 2000

624^o
Riqueza

623^o
Longevidade

645^o
Escolaridade

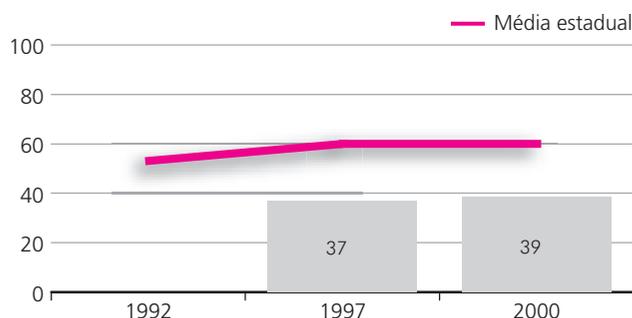
CAJATI

Cajati pertencia ao Grupo 5 em 1997 e manteve sua posição em 2000. Esse grupo reúne os municípios com baixo índice de desenvolvimento econômico e social. Os indicadores de longevidade e escolaridade evoluíram, enquanto a riqueza municipal manteve, em 2000, o mesmo nível de 1997.



Riqueza: crescimento da economia

Cajati ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 376^a
2000 – 328^a



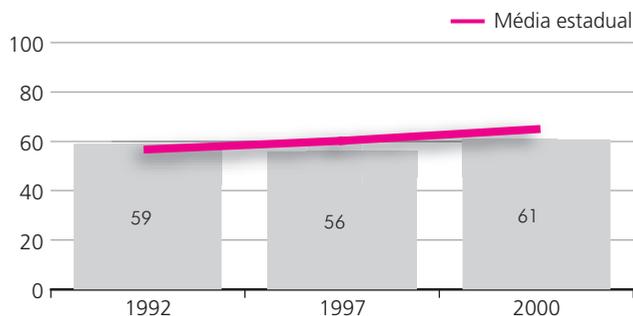
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 4,2 MW para 5,1 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial manteve-se em torno de 1,7 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 634 para R\$ 618;
- o valor adicionado fiscal *per capita* cresceu de R\$ 6.466 para R\$ 7.142.

Tais indicadores indicam que, enquanto o rendimento médio do emprego formal apresenta redução, cresce o valor adicionado fiscal *per capita* e intensificam-se as atividades no comércio, na agricultura e nos serviços.

Longevidade: taxas de mortalidade em queda

Cajati ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 509^a
2000 – 455^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) caiu de 22,5 para 20,1;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) também diminuiu de 24,8 para 22,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 2,4 para 2,1;
- a taxa de mortalidade (por mil habitantes) das pessoas com idade superior a 60 anos diminuiu de 42,4 para 38,8.

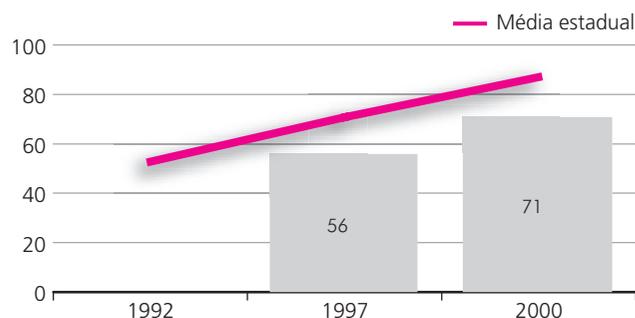
O indicador de longevidade demonstra melhora significativa no *ranking* devido à melhora em todas as taxas de mortalidade.

Escolaridade: desempenho positivo dos ensinos fundamental e médio

Cajati ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 494^a

2000 – 562^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- passou de 35,7% para 51,1% a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental;
- cresceu de 16,7% para 32,7% a proporção de pessoas com 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio;
- passou de 91,4% para 91,5% a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo;
- a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo manteve-se em 95%;
- ocorreu leve redução na participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública, de 50,1% para 49,6%.

Apesar dos avanços nas variáveis de cobertura dos ensinos fundamental e médio, o desempenho das demais variáveis foi muito tímido.

Informações do Censo Demográfico – 2000

| | |
|--|--------|
| População Total (habitantes) | 29.176 |
| Densidade Demográfica (habitantes/km ²) | 64,12 |
| Número de Domicílios Particulares Permanentes | 5.330 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %) | 69,9 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %) | 97,3 |
| Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %) | 98,1 |
| Domicílios com Iluminação Elétrica (em %) | 98,9 |
| Domicílios Inadequados ¹ (em %) | 18,4 |
| Indicador de Concentração de Renda ² | 0,72 |

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

As informações mostram que o município permaneceu no Grupo 5, principalmente pelos baixos índices de escolaridade e altos índices de mortalidade. A melhoria no indicador de riqueza não foi capaz de tirá-lo desse grupo.

Ranking 2000

328^o
Riqueza

455^o
Longevidade

562^o
Escolaridade

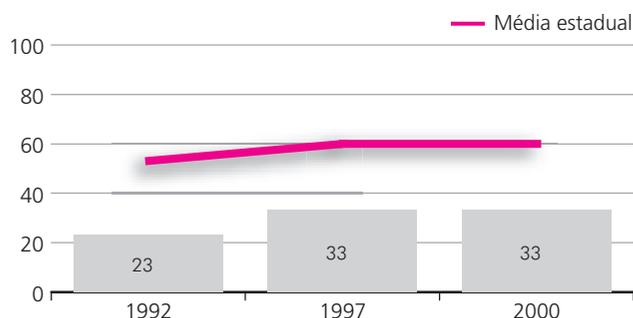
CANANÉIA

Cananéia pertencia ao Grupo 4, em 1992, piorou sua situação em 1997 ao passar para o Grupo 5, e mantém-se neste grupo desde então. Esse grupo reúne os municípios com baixo índice de desenvolvimento econômico e social. Tal comportamento é resultado da piora nos indicadores de longevidade, de escolaridade e de riqueza.



Riqueza: menos rendimento e valor adicionado fiscal

Cananéia ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 493^a
2000 – 505^a



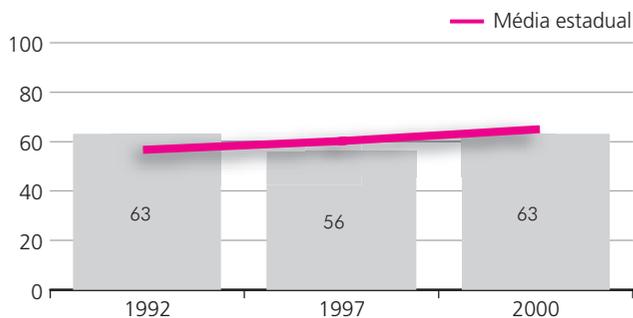
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 5,7 MW para 7,23 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial apresentou um leve aumento de 1,8 MW para 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 385 para R\$ 364;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu drasticamente de R\$ 707 para R\$ 354.

Tais indicadores mostram a grande redução do valor adicionado fiscal em 2000, à metade do efetivado em 1997, enquanto o rendimento médio do emprego formal também diminuiu, mas em proporção menor.

Longevidade: mortalidade perinatal não diminuiu

Cananéia ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 506^a
2000 – 414^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) caiu de 24,6 para 17,5;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 20,5 para 21,0;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) baixou de 2,7 para 2,0;
- a taxa de mortalidade (por mil habitantes) das pessoas com idade superior a 60 anos diminuiu de 44,4 para 40,3.

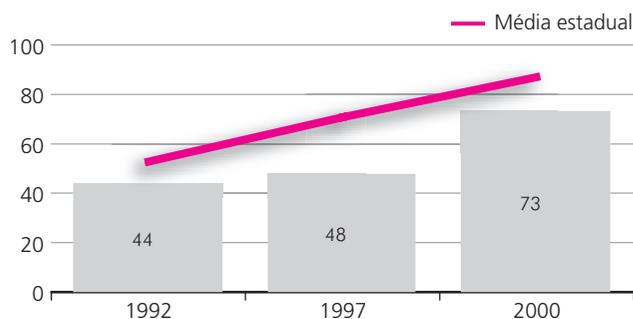
Embora a taxa de mortalidade perinatal tenha se elevado ligeiramente, a queda das demais fizeram Cananéia progredir no *ranking* de longevidade.

Escolaridade: mais jovens concluíram os ensinos fundamental e médio

Cananéia ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 596^a

2000 – 515^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- passou de 28,1% para 52,6% a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental;
- cresceu de 15,6% para 25,0% a proporção de pessoas com 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio;
- aumentou de 89,43% para 98,52% a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo;
- subiu de 93,7% para 95,7% a proporção de pessoas com 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo;
- aumentou a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública, de 4,9% para 27,5%.

O município de Cananéia registrou um aumento expressivo na cobertura dos ensinos fundamental e médio. Como também apresentou bom desempenho nas demais variáveis, avançou bastante no *ranking* de escolaridade.

Informações do Censo Demográfico – 2000

| | |
|--|--------|
| População Total (habitantes) | 12.267 |
| Densidade Demográfica (habitantes/km ²) | 9,64 |
| Número de Domicílios Particulares Permanentes | 2.595 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %) | 65,1 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %) | 95,6 |
| Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %) | 97,3 |
| Domicílios com Iluminação Elétrica (em %) | 98,3 |
| Domicílios Inadequados ¹ (em %) | 16,9 |
| Indicador de Concentração de Renda ² | 0,70 |

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartil) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Cananéia apresentou alguns avanços nas variáveis das dimensões sociais, mas insuficientes para alterar sua classificação no Grupo 5 do IPRS.

Ranking 2000

505^o
Riqueza

414^o
Longevidade

515^o
Escolaridade

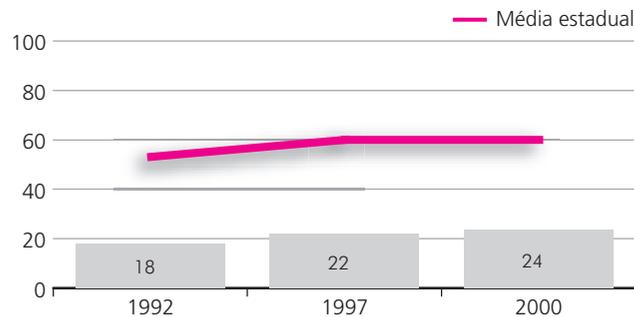
ELDORADO

Eldorado, que pertencia ao Grupo 5 em 1992, manteve essa posição em 1997 e 2000. Esse grupo reúne os municípios com baixo índice de desenvolvimento econômico e social. Tal comportamento é resultado da piora em todos os indicadores: longevidade, escolaridade e riqueza.



Riqueza: queda nos rendimentos

Eldorado ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 631^a
2000 – 633^a



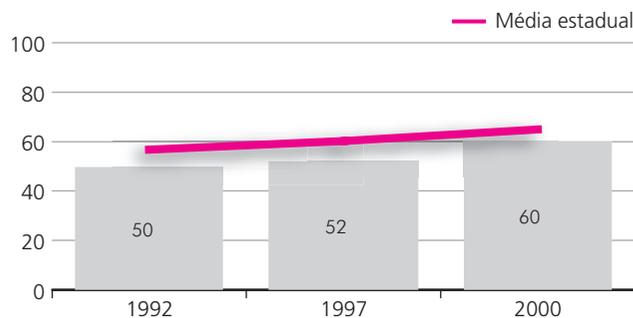
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 3,2 MW para 3,9 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial apresentou pequeno aumento, passando de 1,5 MW para 1,6 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 337 para R\$ 315;
- o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu-se de R\$ 531 para R\$ 444.

Tais resultados indicam um processo de redução do rendimento médio do emprego formal e queda no valor adicionado fiscal, para a metade do efetivado em 1997. Por outro lado, o aumento no consumo de energia elétrica sugere um ganho de intensidade nas atividades dos setores primário e terciário.

Longevidade: queda da mortalidade infantil e adulta

Eldorado ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 568^a
2000 – 495^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) declinou de 31,7 para 18,0;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 25,8 para 29,9;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 2,2 para 1,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 45,7 para 38,8.

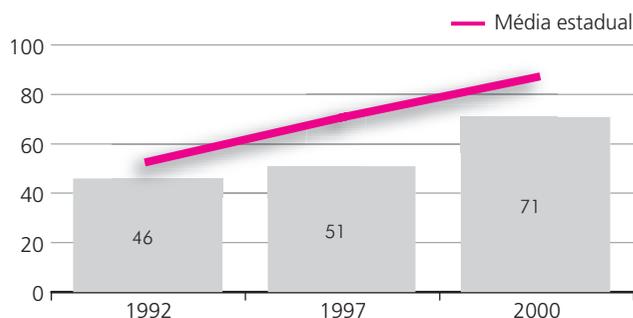
Chama a atenção o decréscimo significativo da mortalidade infantil, que se contrasta com o aumento da mortalidade perinatal.

Escolaridade: desempenho favorável

Eldorado ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 570^a

2000 – 552^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- passou de 31,2% para 54,0% a proporção de jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental;
- aumentou de 17,3% para 28,3% a parcela de pessoas com 20 a 24 anos que completaram o ensino médio;
- passou de 89,8% para 94,7% a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo;
- variou de 94,4% para 95,3% a parcela das pessoas com 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública manteve-se em torno de 11,0%.

Embora o indicador tenha melhorado, suas variáveis ainda estão muito abaixo das médias estadual e regional.

Informações do Censo Demográfico – 2000

| | |
|--|--------|
| População Total (habitantes) | 14.124 |
| Densidade Demográfica (habitantes/km ²) | 8,25 |
| Número de Domicílios Particulares Permanentes | 1.858 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %) | 83,6 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %) | 98,3 |
| Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %) | 97,0 |
| Domicílios com Iluminação Elétrica (em %) | 99,0 |
| Domicílios Inadequados ¹ (em %) | 15,0 |
| Indicador de Concentração de Renda ² | 0,60 |

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Eldorado obteve alguns avanços nas dimensões sociais, mas insuficientes para mudar sua classificação nos grupos do IPRS.

Ranking 2000

633^o
Riqueza

495^o
Longevidade

552^o
Escolaridade

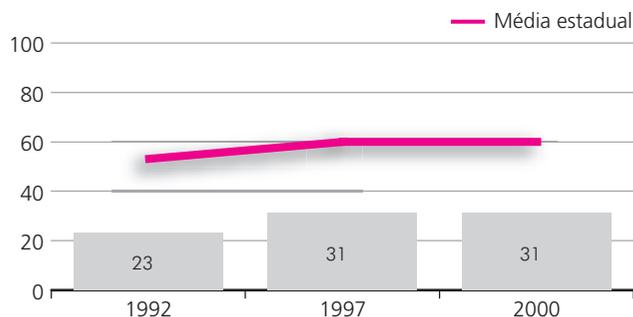
IGUAPE

Iguape, que pertencia ao Grupo 5 em 1992, melhorou sua posição em 1997, passando para o Grupo 4, e permaneceu neste grupo, em 2000. Esse grupo reúne os municípios com baixo índice de desenvolvimento econômico e em transição social. Merece menção a melhoria no indicador de escolaridade.



Riqueza: queda nos rendimentos

Iguape ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 530^a
2000 – 553^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

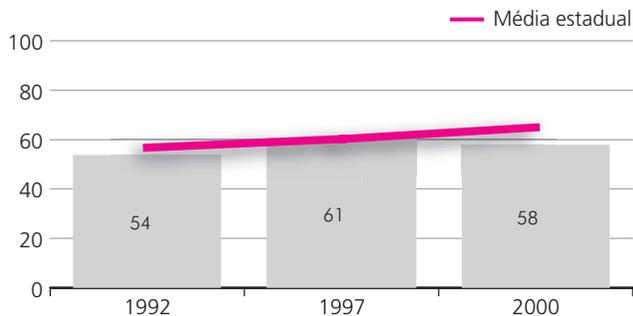
- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 5,0 MW para 5,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial ficou em torno de 1,8 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 396 para R\$ 376;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 578 para R\$ 497.

Tais resultados sugerem um baixo dinamismo econômico, acompanhado de redução dos salários médios.

Longevidade: crescimento da taxa de mortalidade perinatal

Iguape ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 404^a
2000 – 520^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) passou de 20,4 para 21,9;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 20,2 para 25,5;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) ficou em torno de 1,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos diminuiu de 49,8 para 43,8.

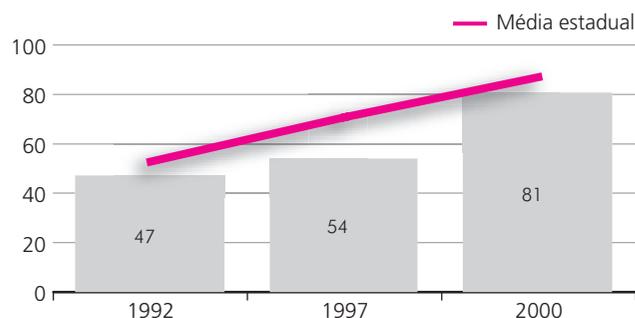
O comportamento desfavorável das taxas de mortalidade infantil e perinatal é preocupante e refletiu-se na perda de posição de Iguape no *ranking* de longevidade.

Escolaridade: crescimento da alfabetização

Iguape ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 523^a

2000 – 336^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- passou de 34,2% para 55,7% a proporção de jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental;
- aumentou de 18,0% para 38,2% a parcela de pessoas com 20 a 24 anos que completaram o ensino médio;
- elevou-se de 90,8% para 96,5% a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo, enquanto a daquelas de 15 a 24 anos passou de 95,1% para 97,8%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública variou de 3,7% para 5,1%.

Verificou-se aumento acima das médias regional e estadual da proporção de pessoas alfabetizadas, além do crescimento das demais variáveis.

Informações do Censo Demográfico – 2000

| | |
|--|--------|
| População Total (habitantes) | 27.410 |
| Densidade Demográfica (habitantes/km ²) | 13,96 |
| Número de Domicílios Particulares Permanentes | 5.902 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %) | 56,2 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %) | 93,4 |
| Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %) | 96,3 |
| Domicílios com Iluminação Elétrica (em %) | 98,8 |
| Domicílios Inadequados ¹ (em %) | 16,6 |
| Indicador de Concentração de Renda ² | 0,75 |

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartil) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Iguape obteve melhorias na cobertura dos ensinos fundamental e médio e aumento da alfabetização juvenil, mas o baixo dinamismo econômico e o aumento da mortalidade infantil e perinatal impediram que o município progredisse na classificação do IPRS.

Ranking 2000

553^o
Riqueza

520^o
Longevidade

336^o
Escolaridade

ILHA COMPRIDA

Ilha Comprida, que pertencia ao Grupo 4 em 1997, melhorou sua posição em 2000, passando para o Grupo 3, que engloba os municípios com indicadores sociais satisfatórios e baixo desenvolvimento econômico. Tal comportamento é resultado da melhoria nos indicadores de longevidade e escolaridade.

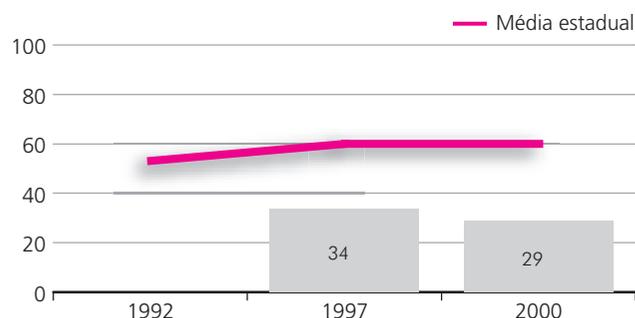


Riqueza: redução nos rendimentos

Ilha Comprida ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 460^a

2000 – 586^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 5,8 MW para 6,9 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial apresentou um leve aumento de 1,3 MW para 1,4 MW;
- o rendimento médio do emprego formal reduziu consideravelmente de R\$ 1.077 para R\$ 503;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 753 para R\$ 530.

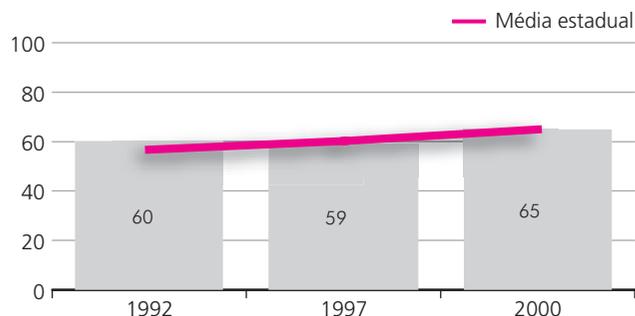
Ilha Comprida sofreu forte redução do rendimento médio do emprego formal e do valor adicionado fiscal *per capita*. O aumento no consumo de energia elétrica não impediu a perda de várias posições no *ranking* de riqueza.

Longevidade: aumento da mortalidade infantil e perinatal

Ilha Comprida ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 430^a

2000 – 383^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 14,2 para 15,6;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) elevou-se de 26,0 para 30,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) declinou de 2,7 para 2,0;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 37,6 para 20,8.

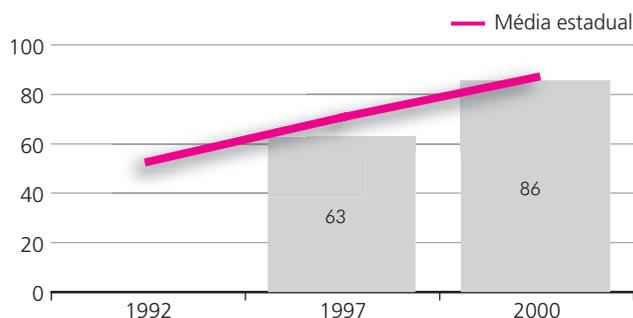
As taxas de mortalidade de jovens e adultos e de idosos apresentaram importantes reduções. Porém, o crescimento da mortalidade infantil e perinatal merece atenção.

Escolaridade: mais jovens concluíram os ensinos fundamental e médio

Ilha Comprida ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 337^a

2000 – 227^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- passou de 42,0% para 72,0% a parcela de jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental;
- cresceu de 16,6% para 36,4% a proporção de pessoas com 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio;
- diminuiu de 93,8% para 91,9% a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo e aumentou de 96,2% para 97,9% a daquelas com 15 a 24 anos;
- o total do ensino fundamental público está sobre a responsabilidade do município.

Foram significativos os progressos obtidos na cobertura dos ensinos fundamental e médio. Porém, chama atenção a redução da variável de alfabetização dos jovens de 10 a 14 anos.

Informações do Censo Demográfico – 2000

| | |
|--|-------|
| População Total (habitantes) | 6.653 |
| Densidade Demográfica (habitantes/km ²) | 36,55 |
| Número de Domicílios Particulares Permanentes | 1.834 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %) | 26,8 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %) | 76,7 |
| Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %) | 93,6 |
| Domicílios com Iluminação Elétrica (em %) | 97,1 |
| Domicílios Inadequados ¹ (em %) | 16,3 |
| Indicador de Concentração de Renda ² | 0,76 |

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Mesmo passando para o Grupo 3 do IPRS, o crescimento da mortalidade infantil e perinatal e a redução da alfabetização entre os jovens de 10 a 14 anos merecem atenção.

Ranking 2000

586^o
Riqueza

383^o
Longevidade

227^o
Escolaridade

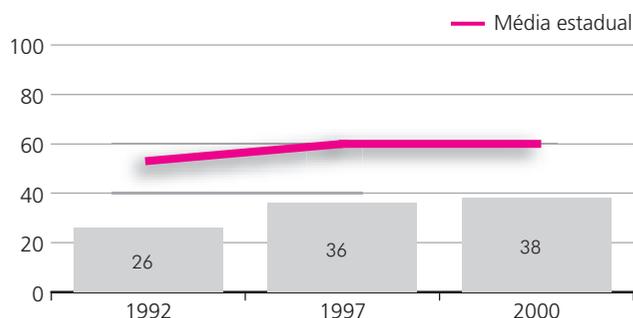
ITARIRI

Itariri, que pertencia ao Grupo 5 em 1992 e 1997, melhorou sua posição em 2000, passando para o Grupo 4, composto pelos municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Tal comportamento é resultado da melhoria nos indicadores de longevidade.



Riqueza: crescimento dos setores primário e terciário

Itariri ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 396^a
2000 – 376^a



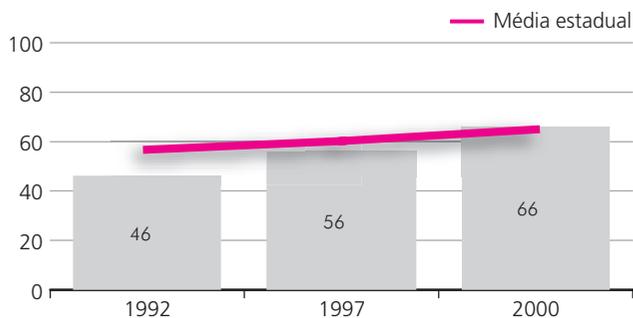
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 7,2 MW para 9,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial variou de 2,0 MW para 2,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 397 para R\$ 409;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 546 para R\$ 376.

Esses resultados sugerem algum dinamismo nos setores primário e terciário. O avanço de Itariri no *ranking* de riqueza só não foi maior porque diminuíram o salário médio e o valor adicionado *per capita*.

Longevidade: mortalidade em queda

Itariri ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 501^a
2000 – 348^a



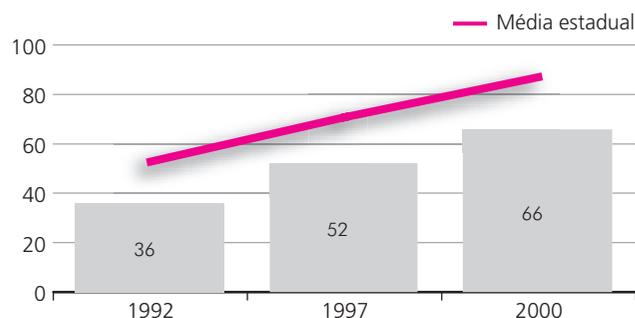
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 26,8 para 13,1;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) reduziu-se de 21,5 para 19,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) declinou de 2,8 para 2,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 39,0 para 37,3.

Houve, no município, redução da mortalidade em todos os grupos etários, sobretudo para as crianças com menos de um ano. Este bom desempenho explica o progresso no *ranking* de longevidade.

Escolaridade: situação melhora timidamente

Itariri ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:
1997 – 567^a
2000 – 609^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- passou de 35,4% para 48,8% a parcela de jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental;
- cresceu de 16,2% para 24,9% a proporção de pessoas com 20 a 24 anos que completaram o ensino médio;
- aumentou de 89,8% para 93,4% o percentual de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo;
- variou de 93,4% para 94,5% a parcela das pessoas com 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo;
- manteve-se em 22% a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública.

Houve progressos importantes nesta dimensão, mas o patamar em que se encontram os indicadores de cobertura ainda é insatisfatório.

Informações do Censo Demográfico – 2000

| | |
|--|--------|
| População Total (habitantes) | 13.592 |
| Densidade Demográfica (habitantes/km ²) | 46,07 |
| Número de Domicílios Particulares Permanentes | 2.018 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %) | 48,4 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %) | 84,4 |
| Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %) | 84,9 |
| Domicílios com Iluminação Elétrica (em %) | 98,5 |
| Domicílios Inadequados ¹ (em %) | 23,3 |
| Indicador de Concentração de Renda ² | 0,67 |

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

O município avançou nas dimensões sociais e apresentou um razoável indicador de longevidade. Também progrediu na dimensão riqueza e melhorou sua classificação no IPRS.

Ranking 2000

376^o
Riqueza

348^o
Longevidade

609^o
Escolaridade

JACUPIRANGA

Jacupiranga, que pertencia ao Grupo 5 em 1992 e 1997, manteve a mesma posição em 2000. Esse grupo reúne os municípios de baixo desenvolvimento econômico e social. Seu melhor desempenho ocorreu nas dimensões sociais do IPRS.

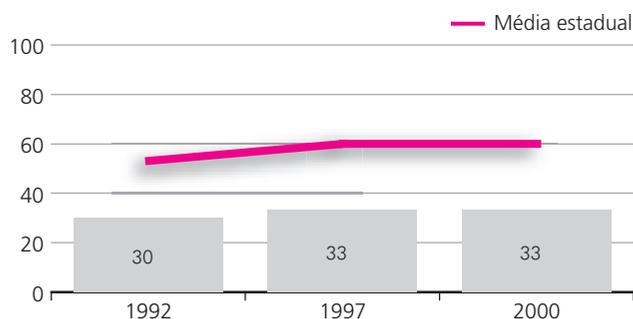


Riqueza: queda no valor adicionado fiscal

Jacupiranga ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 470^a

2000 – 496^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 5,1 MW para 6,0 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial manteve-se estável em 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 385 para R\$ 379;
- o valor adicionado fiscal *per capita* apresentou importante redução, passando de R\$ 746 para R\$ 475.

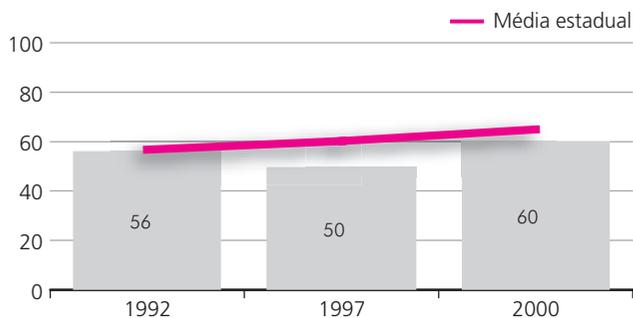
O indicador de riqueza manteve-se inalterado, refletindo o crescimento das atividades primária e terciária, compensada pela retração do valor adicionado fiscal e do salário médio.

Longevidade: cai a mortalidade infantil, mas seu nível ainda é elevado

Jacupiranga ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 589^a

2000 – 497^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 30,9 para 24,4;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) reduziu-se de 36,2 para 27,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) declinou de 2,0 para 1,5;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) aumentou de 35,5 para 37,4.

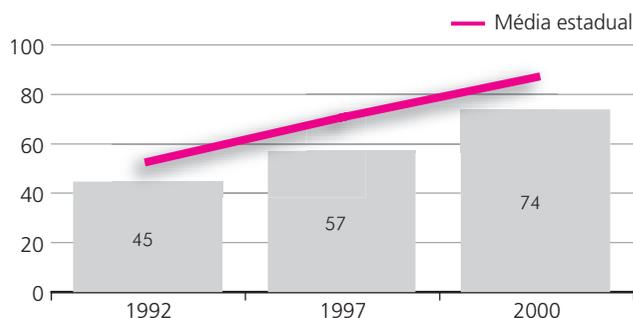
Houve redução da mortalidade em todos os grupos etários, com exceção dos idosos. Entretanto, as taxas de mortalidade infantil e perinatal ainda são muito elevadas.

Escolaridade: mais jovens concluíram os ensinos fundamental e médio

Jacupiranga ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 484^a

2000 – 490^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- passou de 39,4% para 58,1% a proporção de jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental;
- aumentou de 20,8% para 35,9% a parcela de pessoas com 20 a 24 anos que completaram o ensino médio;
- variou de 90,2% para 89,7% a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo;
- aumentou de 94,8% para 96,7% o percentual de pessoas com 15 a 24 anos com mais de 1 ano de estudo;
- a participação da rede municipal do ensino fundamental no total da rede pública é inexistente.

Nota-se a ampliação da cobertura dos ensinos fundamental e médio, mas não o suficiente para melhorar a posição do município no *ranking* estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

| | |
|--|--------|
| População Total (habitantes) | 17.019 |
| Densidade Demográfica (habitantes/km ²) | 26,59 |
| Número de Domicílios Particulares Permanentes | 2.774 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %) | 82,8 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %) | 99,5 |
| Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %) | 99,3 |
| Domicílios com Iluminação Elétrica (em %) | 99,7 |
| Domicílios Inadequados ¹ (em %) | 10,7 |
| Indicador de Concentração de Renda ² | 0,69 |

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartil) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

O município apresentou movimentos opostos na dimensão riqueza, tendo crescido nos setores primário e terciário e diminuído o valor adicionado fiscal *per capita* e o salário médio. Nas dimensões longevidade e escolaridade, registraram-se melhoras, mas, ainda assim, os valores obtidos ficaram abaixo das médias estadual e regional.

Ranking 2000

496^o
Riqueza

497^o
Longevidade

490^o
Escolaridade

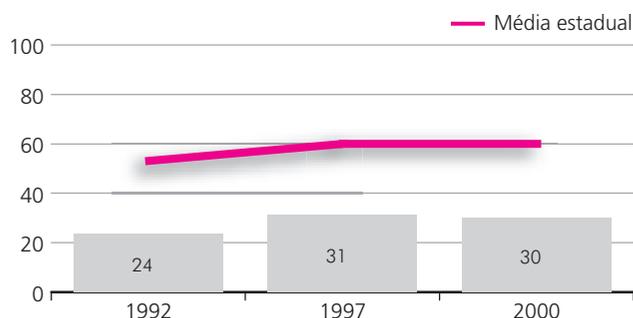
JUQUIÁ

Juquiá, pertencia ao Grupo 5 em 1992, passou para o Grupo 4 em 1997, e manteve essa posição em 2000, em virtude dos pequenos progressos nas dimensões sociais. Esse grupo reúne os municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social.



Riqueza: aumento da renda do trabalho formal

Juquiá ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 524^a
2000 – 568^a



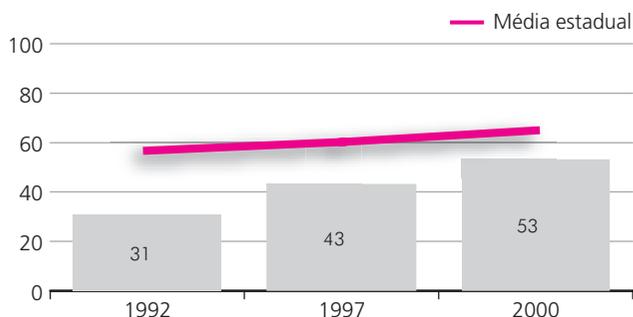
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços manteve-se em 4,9 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial apresentou leve redução de 1,8 MW para 1,7 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 303 para R\$ 350;
- o valor adicionado fiscal *per capita* apresentou importante redução, de R\$ 1.152 para R\$ 912.

Mesmo não observando aumento da atividade econômica, o salário médio elevou-se, mas seu valor ainda é baixo.

Longevidade: diminuição das taxas de mortalidade

Juquiá ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 635^a
2000 – 609^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 30,0 para 21,6;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) baixou de 33,4 para 29,9;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) declinou de 3,2 para 2,7;
- a taxa de mortalidade (por mil habitantes) das pessoas com idade superior a 60 anos diminuiu de 48,23 para 41,38.

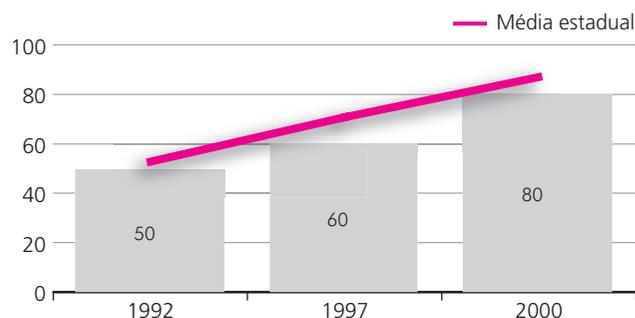
Houve redução da mortalidade em todos os grupos etários, sobretudo no infantil. Porém, mesmo com essas reduções as taxas de mortalidade no município estão acima das médias estadual e regional.

Escolaridade: evolução discreta

Juquía ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 424^a

2000 – 369^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- passou de 38,97% para 61,3% a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental;
- cresceu de 22,2% para 35,8% a proporção de pessoas com 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio;
- aumentou de 92,0% para 94,4% a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo;
- cresceu de 95,3% para 96,8% a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo;
- aumentou a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública, de 5,8% para 9,9%.

Nota-se a ampliação da cobertura dos ensinos fundamental e médio, assim como das demais variáveis, levando Juquía a melhorar a posição no *ranking* de escolaridade.

Informações do Censo Demográfico – 2000

| | |
|--|--------|
| População Total (habitantes) | 20.480 |
| Densidade Demográfica (habitantes/km ²) | 23,68 |
| Número de Domicílios Particulares Permanentes | 3.340 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %) | 65,5 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %) | 93,9 |
| Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %) | 95,5 |
| Domicílios com Iluminação Elétrica (em %) | 99,7 |
| Domicílios Inadequados ¹ (em %) | 21,3 |
| Indicador de Concentração de Renda ² | 0,55 |

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartil) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Juquía manteve-se no Grupo 4 do IPRS e obteve alguns progressos nas dimensões sociais. Porém, sua situação ainda é insatisfatória, sobretudo na dimensão longevidade.

Ranking 2000

568^o
Riqueza

609^o
Longevidade

369^o
Escolaridade

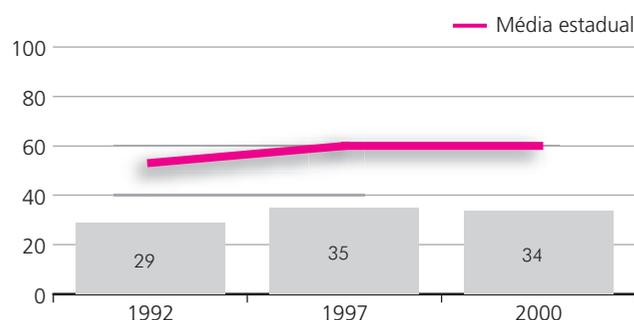
MIRACATU

O município mantém-se no Grupo 5, desde 1992. Esse grupo reúne os municípios de baixo desenvolvimento econômico e social. Essa classificação é resultado do fraco desempenho dos indicadores de riqueza e do progresso ainda insuficiente nos indicadores de longevidade e escolaridade.



Riqueza: redução do valor adicionado fiscal

Miracatu ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 432^a
2000 – 473^a



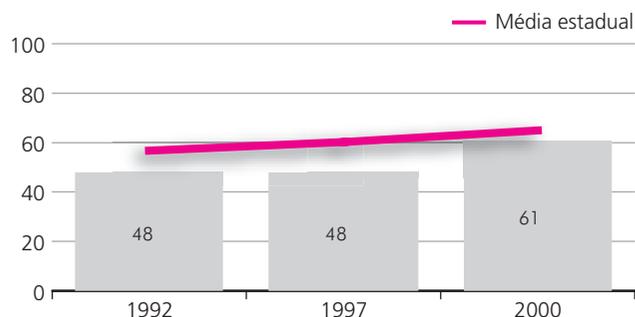
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 6,1 MW para 6,8 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial apresentou uma leve redução, de 1,9 MW para 1,8 MW no período;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 371 para R\$ 380;
- o valor adicionado fiscal *per capita* apresentou uma importante redução, de R\$ 1.215 para R\$ 803.

Miracatu apresentou pequena redução em seu indicador de riqueza, mas o crescimento do consumo produtivo de energia elétrica sugere algum dinamismo nos setores primário e terciário.

Longevidade: queda generalizada da mortalidade

Miracatu ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 603^a
2000 – 466^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 29,5 para 22,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) baixou de 26,0 para 19,5;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 3,5 para 2,4;
- a taxa de mortalidade (por mil habitantes) das pessoas com idade superior a 60 anos diminuiu de 43,2 para 39,0.

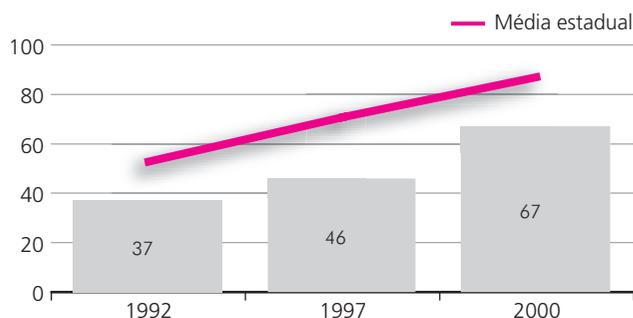
Houve redução em todas as taxas de mortalidade, sobretudo a infantil e a perinatal, o que explica o grande avanço de Miracatu no *ranking* desta dimensão.

Escolaridade: mais jovens concluíram o ensino fundamental e médio

Miracatu ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 610^a

2000 – 593^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- passou de 31,9% para 48,4% a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental;
- cresceu de 15,0% para 28,6% a proporção de pessoas com 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio;
- aumentou de 87,0% para 92,5% a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo;
- aumentou de 92,2% para 95,2% as pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo;
- reduziu-se a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública, de 14,6% para 13,4%.

Houve importantes avanços nos indicadores de cobertura e de alfabetização, mas seus patamares ainda estão distantes da média do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

| | |
|--|--------|
| População Total (habitantes) | 22.349 |
| Densidade Demográfica (habitantes/km ²) | 22,81 |
| Número de Domicílios Particulares Permanentes | 2.835 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %) | 60,3 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %) | 95,0 |
| Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %) | 93,5 |
| Domicílios com Iluminação Elétrica (em %) | 96,9 |
| Domicílios Inadequados ¹ (em %) | 20,4 |
| Indicador de Concentração de Renda ² | 0,60 |

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Apesar dos desempenhos positivos dos indicadores de longevidade e escolaridade, não foram suficientes para alterar a classificação de Miracatu, que continua a pertencer ao Grupo 5.

Ranking 2000

473^o
Riqueza

466^o
Longevidade

593^o
Escolaridade

PARIQUERA-AÇU

Pariquera-Açu, que pertencia ao Grupo 5 em 1992, passou para o Grupo 3, em 1997 e classificou-se no Grupo 4, em 2000. Esse grupo reúne os municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Tal comportamento reflete o fraco desempenho em variáveis importantes das dimensões sociais.

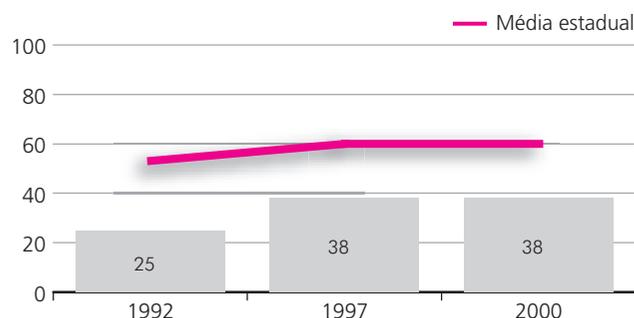


Riqueza: crescimento nos setores primário e terciário

Pariquera-Açu ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 374^a

2000 – 361^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 6,8 MW para 8,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial permaneceu praticamente estável em 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal apresentou pequeno aumento, passando de R\$ 541 para R\$ 549;
- o valor adicionado fiscal *per capita* na indústria reduziu-se de R\$ 810 para R\$ 699.

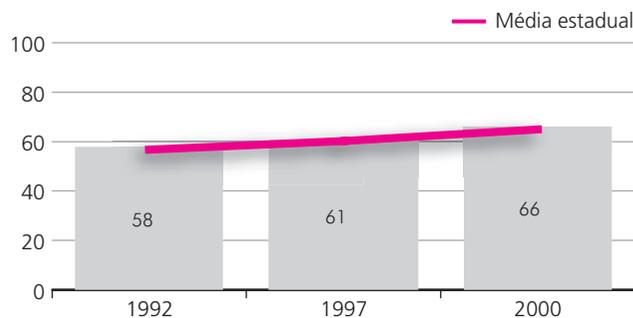
Tais indicadores revelam algum crescimento das atividades primária e terciária e um tímido aumento do salário médio.

Longevidade: frágil desempenho

Pariquera-Açu ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 407^a

2000 – 343^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 17,2 para 19,4;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 23,4 para 17,4;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) permaneceu praticamente estável em 1,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 46,6 para 39,1.

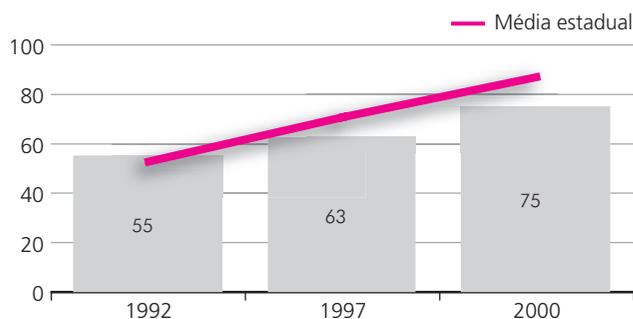
Mesmo com o aumento da mortalidade infantil, Pariquera-Açu avançou no *ranking* de longevidade graças à queda de mortalidade perinatal e de idosos.

Escolaridade: aumentou a cobertura dos ensinos fundamental e médio

Pariquera-Açu ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 344^a

2000 – 478^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- passou de 40,2% para 56,9% a proporção de jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental;
- aumentou de 21,2% para 32,8% a parcela de pessoas com 20 a 24 anos que completaram o ensino médio;
- variou de 93,8% para 96,5% a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo;
- reduziu-se de 96,7% para 94,7% o percentual de pessoas com 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo;
- manteve-se em torno de 13,6% a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública.

A despeito do aumento da cobertura dos ensinos fundamental e médio, os índices encontram-se em patamares aquém do desejado. Além disso, é pequena a participação no processo de municipalização do ensino fundamental.

Informações do Censo Demográfico – 2000

| | |
|--|--------|
| População Total (habitantes) | 17.601 |
| Densidade Demográfica (habitantes/km ²) | 47,57 |
| Número de Domicílios Particulares Permanentes | 3.067 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %) | 64,4 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %) | 93,2 |
| Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %) | 96,6 |
| Domicílios com Iluminação Elétrica (em %) | 98,3 |
| Domicílios Inadequados ¹ (em %) | 10,9 |
| Indicador de Concentração de Renda ² | 0,69 |

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

As informações mostram pequeno dinamismo na economia local e uma tímida melhora nos indicadores de longevidade e escolaridade, cujos patamares estão ainda distantes do desejável.

Ranking 2000

361^o
Riqueza

343^o
Longevidade

478^o
Escolaridade

PEDRO DE TOLEDO

Pedro de Toledo, que pertencia ao Grupo 5 em 1992 e 1997, manteve essa posição em 2000. Esse grupo reúne os municípios de baixo desenvolvimento econômico e social. Tal comportamento resulta da melhora insuficiente nos indicadores de escolaridade, longevidade e riqueza.

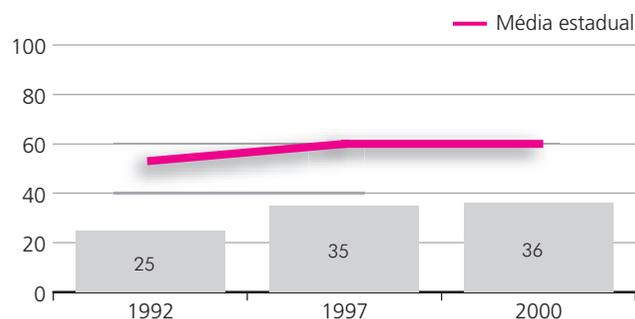


Riqueza: relativa estabilidade

Pedro de Toledo ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 437^a

2000 – 427^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 7,5 MW para 8,8 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial apresentou pequeno aumento, passando de 1,9 MW para 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal reduziu-se de R\$ 438 para R\$ 405;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 431 para R\$ 366.

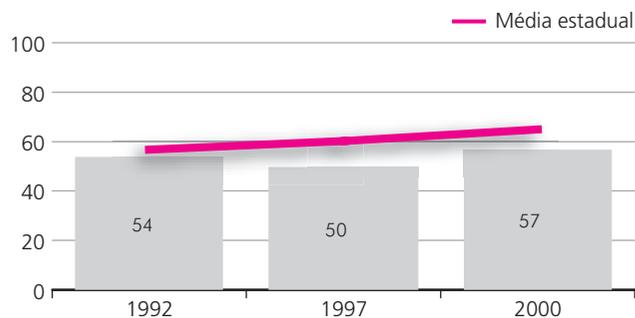
Apenas o consumo de energia elétrica elevou-se, especialmente nos setores primário e terciário, mas com pequena intensidade.

Longevidade: aumenta a mortalidade perinatal

Pedro de Toledo ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 590^a

2000 – 547^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) reduziu-se de 28,5 para 19,4;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 23,93 para 28,74;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) declinou de 3,5 para 2,1;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos diminuiu de 43,0 para 41,2.

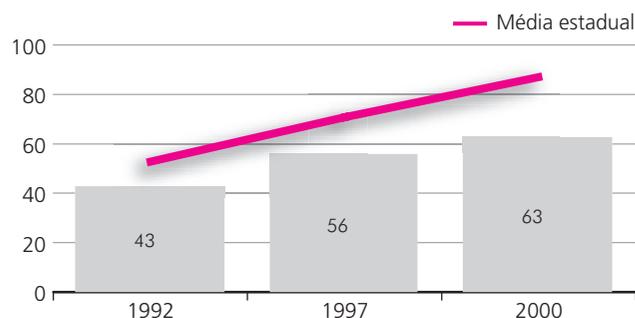
Mesmo com o aumento de taxa de mortalidade perinatal, a redução das demais permitiu Pedro de Toledo avançar no *ranking* de longevidade.

Escolaridade: diminui a alfabetização juvenil

Pedro de Toledo ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 508^a

2000 – 622^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- passou de 36,1% para 53,7% a proporção de jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental;
- aumentou de 16,9% para 21,4% a parcela de pessoas com 20 a 24 anos que completaram o ensino médio;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 90,9% para 90,1%;
- diminuiu de 94,6% para 93,8% o percentual de pessoas com 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo;
- reduziu-se de 55,4% para 52,0% a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública.

O comportamento das variáveis de escolaridade deixam a desejar. Diminuiu a parcela de jovens alfabetizados, o que faz Pedro de Toledo perder posição no *ranking* de escolaridade.

Informações do Censo Demográfico – 2000

| | |
|--|-------|
| População Total (habitantes) | 9.173 |
| Densidade Demográfica (habitantes/km ²) | 14,54 |
| Número de Domicílios Particulares Permanentes | 1.683 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %) | 56,4 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %) | 91,1 |
| Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %) | 91,3 |
| Domicílios com Iluminação Elétrica (em %) | 98,3 |
| Domicílios Inadequados ¹ (em %) | 20,5 |
| Indicador de Concentração de Renda ² | 0,74 |

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartil) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Com o indicador de riqueza estabilizado em nível baixo e o desempenho insatisfatório de variáveis importantes nas dimensões sociais Pedro de Toledo foi impedida de avançar na classificação do IPRS.

Ranking 2000

427^o
Riqueza

547^o
Longevidade

622^o
Escolaridade

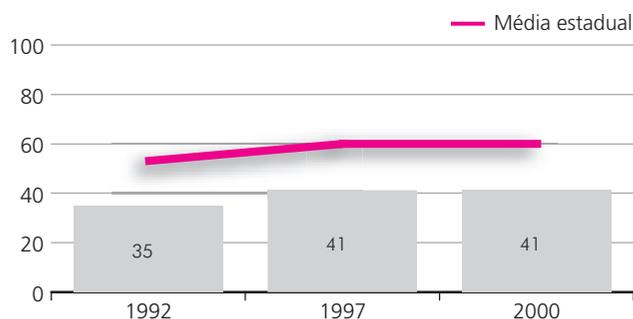
REGISTRO

Registro, que pertencia ao Grupo 5 em 1992, melhorou consideravelmente essa posição em 1997, passando para o Grupo 3, classificação que manteve em 2000. Esse grupo reúne os municípios saudáveis e com baixo desenvolvimento econômico. Tal comportamento é resultado da melhoria dos indicadores de escolaridade e longevidade.



Riqueza: queda no valor adicionado fiscal

Registro ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 294^a
2000 – 301^a



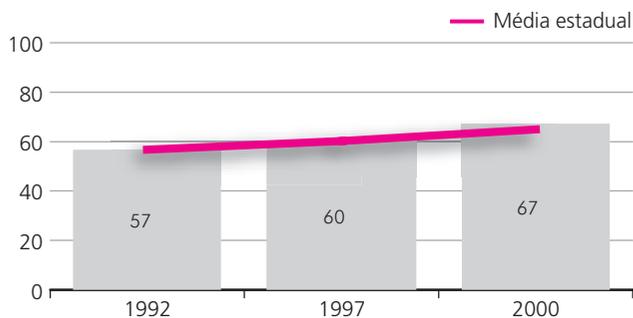
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 6,7 MW para 8,0 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial oscilou de 2,2 MW para 2,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal passou de R\$ 486 para R\$ 490;
- o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu-se de R\$ 1.410 para R\$ 998.

O aumento no consumo anual de energia elétrica sinaliza para a intensificação da atividade terciária. O rendimento médio do emprego apresentou pequena expansão, enquanto o valor adicionado registrou decréscimo.

Longevidade: diminuição da mortalidade

Registro ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 411^a
2000 – 330^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 19,1 para 16,5;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) reduziu-se de 21,1 para 17,5;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) declinou de 2,2 para 1,9;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 43,8 para 39,2.

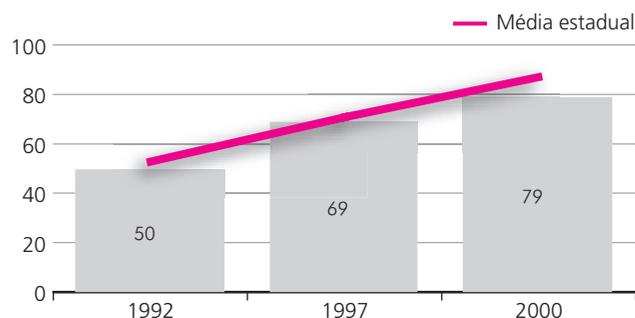
Registro progrediu nessa dimensão, reduzindo todas as suas taxas de mortalidade e melhorando sua posição no *ranking*.

Escolaridade: crescem apenas os indicadores de cobertura

Registro ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 213^a

2000 – 393^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- passou de 47,3% para 59,6% a proporção de jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental;
- aumentou de 26,7% para 39,1% a parcela de pessoas com 20 a 24 anos que completaram o ensino médio;
- a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 94,1% para 94,8%;
- reduziu-se de 97,1% para 95,1% o percentual de pessoas com 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo;
- reduziu-se de 7,2% para 6,7% a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública.

Apenas os indicadores de cobertura avançaram. Os de alfabetização e do processo de municipalização pouco se alteraram.

Informações do Censo Demográfico – 2000

| | |
|--|--------|
| População Total (habitantes) | 53.704 |
| Densidade Demográfica (habitantes/km ²) | 78,06 |
| Número de Domicílios Particulares Permanentes | 11.192 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %) | 72,4 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %) | 94,9 |
| Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %) | 95,4 |
| Domicílios com Iluminação Elétrica (em %) | 99,0 |
| Domicílios Inadequados ¹ (em %) | 16,0 |
| Indicador de Concentração de Renda ² | 0,68 |

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartil) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

As informações mostram que, na dimensão longevidade, Registro apresentou bom desempenho. Na de escolaridade seu comportamento foi insuficiente.

Ranking 2000

301^o
Riqueza

330^o
Longevidade

393^o
Escolaridade

SETE BARRAS

Sete Barras, que pertencia ao Grupo 5 em 1992, manteve essa posição em 1997 e em 2000. Esse grupo reúne os municípios de baixo desenvolvimento econômico e social. Ressaltam-se os progressos que obteve na dimensão longevidade.

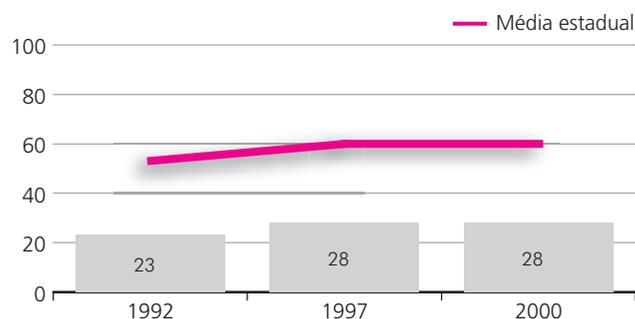


Riqueza: queda no rendimento e no valor adicionado fiscal

Sete Barras ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 583^a

2000 – 597^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 3,8 MW para 4,1 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial apresentou pequeno aumento, variando de 1,8 MW para 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal reduziu-se de R\$ 327 para R\$ 285;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 597 para R\$ 496;

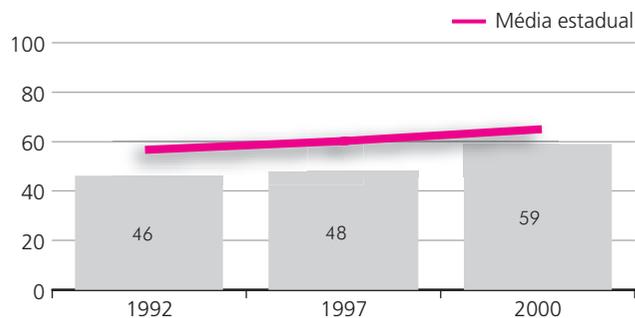
Embora exibindo algum aumento no consumo de energia elétrica, a queda das demais variáveis, que já eram baixas, impediram aumento do indicador de riqueza.

Longevidade: redução das mortalidades infantil e perinatal

Sete Barras ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 609^a

2000 – 511^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 35,0 para 21,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) reduziu-se de 34,4 para 25,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) aumentou de 1,9 para 2,4;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 42,3 para 34,1.

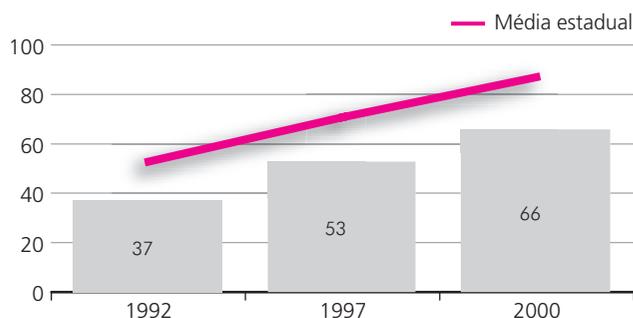
Sete Barras registrou redução significativa nas mortalidades infantil, perinatal, e de idosos. O aumento da mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos, impediu que avançasse ainda mais no *ranking* desta dimensão.

Escolaridade: embora crescente, ainda é baixa a cobertura educacional

Sete Barras ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 538^a

2000 – 600^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- passou de 34,7% para 45,1% a proporção de jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental;
- aumentou de 19,1% para 29,0% a parcela de pessoas com 20 a 24 anos que completaram o ensino médio;
- variou de 91,0% para 95,9% a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo;
- o percentual de pessoas com 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo permaneceu praticamente estável em 93,5%;
- é inexistente a rede municipal de ensino fundamental.

Embora crescente, a cobertura dos ensinos fundamental e médio é muito baixa. Além disso, a alfabetização juvenil e o processo de municipalização do ensino não avançaram.

Informações do Censo Demográfico – 2000

| | |
|--|--------|
| População Total (habitantes) | 13.702 |
| Densidade Demográfica (habitantes/km ²) | 12,90 |
| Número de Domicílios Particulares Permanentes | 1.202 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %) | 92,6 |
| Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %) | 100,0 |
| Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %) | 97,8 |
| Domicílios com Iluminação Elétrica (em %) | 98,9 |
| Domicílios Inadequados ¹ (em %) | 17,9 |
| Indicador de Concentração de Renda ² | 0,51 |

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Mesmo com alguns avanços na dimensão longevidade, os progressos ainda tímidos na escolaridade não levaram Sete Barras a melhorar sua posição no IPRS.

Ranking 2000

597^o
Riqueza

511^o
Longevidade

600^o
Escolaridade